

## Supremo fora de prazo

Centrais



### Homossexual assumido

Emanuel Cabral tem 22 anos, estuda o 12º ano de escolaridade, é natural da ilha Brava e reside na Cidade de São Filipe. Emanuel decidiu revelar, através de **A Semana**, parte da sua vida, assumindo a sua conduta sexual, ou seja, assumir a sua homossexualidade.

In Suplemento



### DIA DA CULTURA com música e prémios

O Dia Nacional da Cultura, que amanhã se assinala sob o signo da música "o nosso precioso tesouro", deve ficar marcado pelo anúncio, logo mais, do vencedor do Grande Prémio Cidade Velha e dos prémios Pantera – Descuberta de Talentos Jovem.

Kriolidadi

### PAICV e MpD negoceiam novo congresso da ANMCV

Ambos os lados trabalham para superar a situação de quase ruptura que se vive na associação desde o Congresso de Agosto em que só o MpD e o grupo independente do Sal integraram as listas dos órgãos dirigentes desta entidade.

Pág. 4

### Presidente da JPAI renuncia ao cargo

O actual líder da Juventude do PAICV, Mário Semedo, deve pôr o cargo à disposição, por razões de saúde no encontro do Conselho Nacional que começa hoje, 17. No entanto, mesmo antes do anúncio oficial, já há candidatos a perfilarem-se na corrida para substituir Semedo.

Pág. 5

#### → ECONOMIA

Turistas angolanos começam a demandar Cabo Verde

Cifrão

#### → DESPORTO

A odisseia da Tanzânia

Lance

#### → POLÍTICA

"O SIR está em fase avançada de instalação"

Pág. 5



Os bens da sua casa estão bem protegidos?  
Continue a descansar mesmo depois das férias.

#### GARANTIA Lar - Seguro Multi-Riscos

Esteja de férias ou em trabalho, os seus bens estão sempre salvaguardados com o seguro GARANTIA Lar.

Conheça em pormenor este produto numa Agência da GARANTIA.



GARANTIA

mais perto de si!

www.garantia.cv

MINISTRO LÍVIO LOPES:

# "O SIR está em fase avançada de instalação"

ALÍRIO DIAS DE PINA

O Serviço de Informação da República (SIR) encontra-se em fase avançada de montagem, devendo o primeiro-ministro José Maria Neves anunciar proximamente ao país, a sua instalação definitiva. A afirmação é do ministro da Administração Interna, Lívio Lopes, que aproveita para anunciar, em exclusivo a este jornal, várias outras medidas no quadro da segurança do Estado, com destaque para os projectos de investigação facial criminal e o sistema de segurança nas fronteiras aeroportuárias. Estas medidas fazem parte do Plano Estratégico de Segurança Interna (PESI), a ser aprovado dentro em breve.

Aprovado há dois anos, por lei do parlamento, o Serviço de Informação da República (SIR) está em adiantada fase de montagem e instalação, revelou a este jornal o ministro da Administração Interna. O SIR, de acordo com a referida lei, tem como missão zelar pela segurança do Estado, disponibilizando dados e informações estratégicas para o desenvolvimento do país.

O ministro Lívio Lopes avança que a montagem do SIR encontra-se numa fase avançada e constitui uma das medidas importantes previstas no Plano Estratégico de Segurança Interna, ora em consensualização. "O SIR está, neste momento, em avançada fase de instalação, atento a um quadro legal exigente e complexo, que deve ser respeitado", assevera o governante, para quem caberá ao primeiro-ministro, José Maria Neves, anunciar ao país a instalação final desse serviço.

Lopes diz ainda que já o pacote legislativo referente à regulamentação do SIR, já está concluído e deve ser apresentado brevemente ao Conselho de Ministros para aprovação. E acrescenta que será também necessário regular a acção fiscalizadora da Comissão Parlamentar de Fiscalização composta por deputados do PAICV e MpD, o regime jurídico do segredo do Estado e a acção da Procuradoria-Geral da República no tocante à fiscalização da futura Base de Dados Pessoais.

O Ministro da Administração Interna comunica que dentre as medidas previstas está a fundamentação legal para o Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI), que vem privilegiar a melhor articulação possível desse sistema com o Sistema de

Informações do SIR. "A completa instalação desse serviço depende também de outros órgãos de soberania. Mas estamos no bom caminho, quanto mais não seja porque alguns Serviços de Informação de países amigos que insistem em nos mostrar que a nossa actual opção, que consiste num sistema único do SIR, é a melhor", pontua o titular da pasta da Administração Interna.

Ainda assim, nem todos vêem com bom olhos a instalação do SIR, por associar esse tipo de organismo à Polícia Política, que alegadamente existiu durante a I República. "Gostaria de desmistificar a perspectiva errada, fantasmagórica e eivada de traumas do passado, que a criação do SIR instalou em alguns espíritos", diz Lívio Lopes. "Alguns pensam que os SIR são uma extensão da acção policial ou da investigação criminal, o que não é verdade. Os SIR têm também uma função estratégica fundamental para o desenvolvimento do país, que nunca deve ser esquecida, pois os SIR produzem análises estratégicas, conhecimentos e informações importantes para o processo de desenvolvimento do país, identificando oportunidades, antevendo decisões governativas fundamentais, precavendo contra desafios e ameaças da mais diversa natureza, etc. Os SIR cumprem, portanto, um extraordinário papel no desenvolvimento do país, não ficando a sua actividade circunscrita à produção de informações relativas ao crime e aos criminosos".

Mas nesta luta contra a criminalidade Cabo Verde não está só. Os Estados Unidos vão financiar um pacote para a segurança digital face ao crime. "Com os EUA avançamos muito em matéria de formação e investigação criminal. São os americanos que também vão-nos doar um equipamento de identificação facial, via cartas de condução, extremamente eficaz em matéria de investigação criminal, algo que o orçamento do Estado de Cabo Verde não pode comportar".

O governante afirma existir um outro projecto importante no quadro da Parceria Especial com a União Europeia, o sistema RAPIP, a ser montado nas fronteiras aeroportuárias. "Estamos a avançar, em termos de segurança documental e de fronteiras com a UE, no quadro da Parceria para a Mobilidade. Esse projecto importante está orçado em cerca de milhão de euros e irá modernizar, por completo, o sistema de segurança das nossas fronteiras aeroportuárias. O mesmo visa introduzir a biometria nos nossos documentos de viagem. Será um trabalho que o Serviço de Emigração e Fronteiras de Portugal e a Direcção de Emigração e Fronteiras da Polícia Nacional de Cabo Verde vão desenvolver em estreita cooperação e articulação".

## POR UMA ERA DE COLABORAÇÃO



ANTÓNIO  
LUDGERO  
CORREIA

"Não há excesso de liberdade se aqueles que são livres são responsáveis. O problema é liberdade sem responsabilidade."

MILTON FRIEDMAN

Fico, por vezes, com a ideia de que há um terrível mal-entendido, à volta da relação Polícia/Comunidades. E surgem, não raras vezes, vozes, de um e de outro lado, lançando achas para a fogueira.

É verdade que das comunidades, em desespero de causa, diante de um crime mais hediondo, ou de uma acção mais mediática ou mais mediatizada do Crime, vêm excessos de linguagem que podem ferir a susceptibilidade dos agentes da ordem mais esforçados. Mas isso não pode, de modo algum, servir de desculpa para os excessos daqueles que têm o dever e a obrigação de serem comedidos. Afinal, o que querem as comunidades das forças da ordem? A mim nunca me pareceu que quisessem mais do que isto:

**1) Que elas se mostrem capazes de garantir a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade públicas;**

**2) Que elas se mostrem capazes de garantir a segurança das pessoas e de seus bens;**

**3) Que elas se disponibilizem para liderar um processo de formação e informação, em matéria de segurança, dos cidadãos, fazendo de cada cidadão um parceiro na luta pelo reforço da segurança e contra a expansão da criminalidade.**

**4) Que elas se mostrem decididas a criar e a manter as condições de segurança que assegurem o normal funcionamento das instituições democráticas.**

No fundo, as comunidades parecem querer, e esperar dos poderes, um sistema nacional de segurança pública bem fundado e forte, livre de corporativismos prejudiciais e sem tentações de se imiscuir em questões outras que possam desviar a polícia da sua função precípua; e um sistema de educação/cultura, orientado e guiado por valores e princípios virtuosos/dignos, para que se possa alcançar a sociedade que se quer, se merece e se tem condições para começar a construir. E as comunidades (eu sei, porque estou sempre lá) oferecem-se para estabelecer as parcerias necessárias para atingir tal desiderato. E alertam, com **Beccaria** (1775), "**QUE É MAIS FÁCIL, MAIS ÚTIL E MAIS ECONÓMICO, PREVENIR DO QUE REPRIMIR**", e que isso é tarefa mais dos Ministérios da Economia, das Finanças, da Saúde, da Educação (emprego, saúde e educação são factores essencialmente anticriminogénicos) do que da Polícia ou dos Ministérios da Justiça ou da Administração Interna.

Nessa óptica, não será nada demais exigir a instalação de um sistema de segurança pública actuante e um esforço no sentido da instalação paulatina do policiamento comunitário.

Um sistema de segurança escorado em um

bom conhecimento da realidade das comunidades, interligado por uma boa rede de comunicações, suportado por um ágil sistema de mobilidade, e administrado por uma forte, hábil e generosa LIDERANÇA, e que pressuponha:

I. PRIVILEGIAR A PREVENÇÃO (MAIS VALE PREVENIR DO QUE REPRIMIR);

II. CORPORAÇÕES POLICIAIS BEM TREINADAS E BEM EQUIPADAS;

III. SINTONIA E PERMUTA DE INFORMAÇÕES ENTRE AS CORPORAÇÕES;

IV. BOM ENTROSAMENTO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO (uma assessoria do MP evitaria as trapalhadas que desqualificam as provas e as testemunhas que a polícia apresenta ao juiz);

V. O CULTO DA LEGALIDADE;

VI. INTEGRAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS DE VIGILÂNCIA;

VII. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES NO SISTEMA MEDIANTE MECANISMOS PRÁTICOS;

VIII. PERMANENTE RECURSO À INTELIGÊNCIA POLICIAL;

IX. UMA BOA REDE DE INFORMANTES;

X. NORMALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO APITO, ENQUANTO INSTRUMENTO DE ALERTA DE SEGURANÇA.

E policiamento comunitário que deve ser, em essência, a colaboração entre a comunidade e a Polícia, com o objectivo de identificar e resolver os problemas da comunidade, deixando a Polícia de ser a única guardiã da lei e da ordem e transformando-se todos os membros da comunidade em elementos activos no esforço conjunto para melhorar a segurança e a qualidade de vida.

Os discursos inflamados, de um lado e de outro (aliás, nesta questão, haverá «lados» entre as comunidades e as forças da ordem?) calar-se-iam, abrindo-se uma temporada de colaboração, cooperação e entendimento.

Teremos, no entanto, que convir que o primeiro passo para a reinstalação da paz e da tranquilidade sociais é o desanuviamento do futuro do cabo-verdiano, *maximé* da juventude. Outros passos terão a ver com uma maior justiça na redistribuição da renda; com um mais simples acesso das famílias a um rendimento que dê para o básico; com uma urbanização planeada ao pormenor, onde não se perde de vista as eventuais consequências não positivas; com uma educação para a cidadania; com maior democracia económica; com oportunidades para os jovens; com justiça social, no sentido mais amplo da locução. Que, sem isso, não há polícia que valha, nem comunidade que se agente.



Vasconcelos Lopes apresenta no Mindelo...  
...Um novo conceito para "Vendas a Grosso" ...  
...RAPIDEZ PENSANDO EM SI  
www.vasconceloslopes.com

CASH & CARRY  
Central

232 19 93  
ZONA INDUSTRIAL  
CAMPINHO - MINDELO

# ANMCV

## pode ter novo congresso electivo

Os autarcas do PAICV e do MpD negociam a possibilidade de convocar um conselho geral da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde para o mês de Novembro, de modo a redefinir os estatutos da ANMCV. Com isso pretendem abrir caminho para um novo congresso electivo.

**P**ara já, ambos os lados trabalham para superar a situação de quase ruptura que se vive na organização desde o Congresso de Agosto em que só o MpD e o grupo independente do Sal integraram as listas dos órgãos dirigentes desta entidade que representa todos os 22 municípios do país.

Logo após o Congresso do passado mês de Agosto, os autarcas do PAICV disseram que não reconheciam legitimidade aos órgãos eleitos e que iriam abandonar a ANMCV. Uma posição que o partido da estrela negra reiterou, na semana passada, ao afirmar: “o congresso realizado optou por uma clara exclusão de parte dos Municípios do país e este mecanismo de assalto ao poder não se compagina com esta progressiva consolidação da democracia cabo-verdiana”.

O discurso público dos tambarinas evidencia-se contundente, mas o **A Semana** sabe que, desde há algumas semanas, autarcas do MpD e do PAICV têm vindo a negociar “a melhor maneira de retribuir aos órgãos da ANMCV o pluralismo e a representatividade necessários para o equilíbrio da política municipal em Cabo Verde”. Mas ninguém quer descoser. De modo concreto, o autarca tambarina Orlando Sanches apenas garantiu-nos que “vai haver um congresso, ainda em 2008, para eleger novos dirigentes para o Conselho Directivo e para a mesa do Conselho Geral da Associação”.

Amadeu Cruz, com quem Orlando Sanches tem mantido contactos, revela-se também bastante optimista quanto à possibilidade de um entendimento. “Estamos num bom caminho, embora saibamos que antes de qualquer coisa temos de convocar o Conselho Geral para tentarmos mudar os estatutos da ANMCV, pois as actuais normas nos impedem de convocar um congresso electivo três meses após a data da divulgação do resultado das eleições autárquicas”, pontua o autarca ventoinha do Porto Novo.

Francisco Tavares, presidente eleito do Conselho Directivo no Congresso de Agosto, admite também que “há vontade manifesta de ambas as partes no sentido de resolver os problemas que existem”. Num tom bastante conciliador, o autarca de Santa Catarina disse ao **A Semana**

que “*todos devem ter abertura para procurar soluções equilibradas que respondam ao nível de credibilidade que a Associação alcançou nestes anos de existência*”.

Nas entrelinhas, Francisco Tavares demonstra que concorda com a ideia de que os órgãos directivos da ANMCV devem “*não só representar todas as sensibilidades políticas da Associação como expressar a vontade dos cabo-verdianos*”. Fazendo essa reflexão, Tavares abre caminho para discutir a hipótese de um novo congresso electivo com os colegas do PAICV.

O autarca Amadeu Cruz defende que, numa possível revisão dos estatutos, a ANMCV deve adoptar o método de Hondt que incorpora a ideia de proporcionalidade na eleição tanto do Conselho Directivo como da mesa do Conselho Geral. “*Se houvessemos adoptado tal método não teríamos enfrentado o longo processo negocial no Congresso de Agosto para tentar arranjar uma lista consensual; bastava-nos apresentar listas separadas e, no final da votação, fariamos a proporcionalidade*”, explicita.

A adopção do método de Hondt é uma das hipóteses a discutir no Conselho Geral do próximo mês de Novembro, no qual os autarcas do PAICV e do MpD vão procurar reconciliar-se. Desde logo, nota-se que os ventoinhas se mostram abertos a procurar a “*solução adequada*” para evitar que os colegas do PAICV abandonem a ANMCV, como ameaçaram fazer após o último congresso.

Os observadores dizem esperar que o Conselho Geral previsto para Novembro seja, de facto, de conciliação entre as partes. “*Porque, caso aconteça o mesmo que aconteceu em Agosto, a ruptura será inevitável. Assim, em vez de uma entidade nacional com sinergias para fortalecer o poder local, corre-se o risco de ter duas associações fragmentadas: uma do PAICV e outra do MpD*”, pontua uma fonte deste jornal.

A vontade expressa dos autarcas parece caminhar, entretanto, no sentido da harmonização. Ao que tudo indica, num possível congresso extraordinário os dois lados podem chegar a um acordo próximo àquele que foi delineado no passado mês de Agosto. Isso significa que Francisco Tavares poderá manter-se na presidência do Conselho Directivo deixando o seu partido, MpD, indicar mais três representantes para este órgão. O PAICV, por seu turno, ficará com o cargo de segundo vice-presidente e mais dois vogais. Em contrapartida, os tambarinas desejam presidir o Conselho Geral e escolher o primeiro secretário da mesa; as restantes três vagas serão indicações do MpD.

Um desenho que perfilha a ideia de partilha do poder, em que um partido preside um órgão e a força política adversária comanda o outro. Aliás, desde que os autarcas criaram a Associação, esta é uma “*norma*” que sempre respeitaram. Nos últimos quatro anos, por exemplo, o ventoinha Américo Silva liderou o Conselho Directivo enquanto o tambarina Felisberto Vieira presidia o Conselho Geral.

Lançados esses dados na mesa, Francisco Tavares tenta agora harmonizar a agenda dos diferentes autarcas, para que o assunto seja discutido com a maior brevidade possível. É que vários projectos de cooperação com França e Portugal dependem dessa reconciliação dos eleitos municipais cabo-verdianos.



### UNIPAI BUSCA RESPOSTAS PARA OS DESAFIOS DE CABO VERDE

“*Cabo Verde 2015 - Grandes desafios e respostas ousadas*” dá o tema à V Edição da Universidade de Verão do PAICV (UNIPAI) que acontece de hoje a domingo na Praia. Um evento que vai reunir a elite política no poder, quadros tambarinas dos diversos sectores de actividade e partidos amigos, da família da Internacional Socialista (IS) à volta da “*Ousadia*” no PAICV.

O líder do partido no poder, José Maria Neves, deve abrir, às 18H30 de hoje, na Biblioteca Nacional, a UNIPAI 2008, que tem como reitora Cristina Fontes Lima. Até ao fecho desta edição estavam já confirmadas as presenças de representantes do Partido Socialista Espanhol (PSOE), Partido Socialista Português (PS) e Partido do Trabalho do Brasil (PT). Todos eles estão no poder e pertencem à família da Internacional Socialista. Cristina Fontes destaca a presença dessas formações políticas estrangeiras no encontro dos tambarinas. Uma participação que visa enriquecer o debate interno e trazer reflexões e experiências de países e povos que têm procurado respostas para desafios semelhantes aos de Cabo Verde.

Mas as novidades não ficam por aí. “*Para a Universidade deste ano vamos, pela primeira vez, experimentar o método de inscrições pagas junto das diferentes estruturas partidárias, em todos os concelhos e a nível central. Tudo com o propósito de valorizar e melhorar, cada vez mais, a qualidade desse evento*”, destaca Cristina Fontes.

JOÃO ALMEIDA MEDINA



Sanches e Tavares procuram uma saída

**STAND MODERNO**  
UMA FIRMA EFICIENTE PARA LHE SERVIR

**RentAuto, Lda.**  
A SUA EMPRESA DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS

Tel: 231 51 52 / Tlm: 991 82 96 - 996 85 92 / Fax: 232 74 70  
Rua Franz Fannon - 43 - Mindelo  
Tel: 231 96 64 / Tlm: 996 85 92 / Fax: 231 97 06 - 232 74 70 / E-mail: standmoderno@ovtelecom.cv / oficinastand@ovtelecom.cv

Av. Maria Manuel de Matos - CP 361 - Mindelo - S. Vicente - Cabo Verde

## Boa Vista

# Proprietários voltam à carga

Quando é que o Estado vai pagar as indemnizações aos proprietários de Rabil e Chaves? Esta é a pergunta que não quer calar e toda a Boa Vista anseia por uma resposta. Há mais de um ano nesta luta sem tréguas, os proprietários dos terrenos expropriados continuam à espera do dinheiro e ameaçam fazer "rebuliço" durante a inauguração do Hotel Riu Caramboa, caso não obtenham qualquer justificativa por parte do governo.

Texto: **Sílvia Frederico**

Quase um ano depois do encontro com o primeiro-ministro para discutir as melhores formas de pagamento, as indemnizações ainda não foram pagas. Na altura José Maria Neves prometeu avançar com a quitação das parcelas devidas, assim que for aprovada uma Lei Especial sobre o pagamento das indemnizações.

A legislação ficou aprovada em Março deste ano, mas até agora nenhum aval do governo. Nem o próprio advogado que os representa, disse um dos proprietários, sabe dizer o que está a ser decidido ou se já tomaram alguma decisão.

Os proprietários dizem-se insatisfeitos e decepcionados com o elenco governamental. "Confiámos na palavra do primeiro-ministro. Ele disse que resolveria o nosso problema assim que publicassem a Lei. Seis meses depois da aprovação, ele vai agora pelas palavras de alguns juristas. Como primeiro-ministro, ele tinha que cumprir com a sua palavra", queixou-se Luís dos Reis Spencer, representante dos proprietários.

## Rebuliço na inauguração do Riu Caramboa

Os donos de terras ameaçam fazer muito rebuliço na abertura do Hotel Riu Caramboa, caso o governo não lhes dê uma resposta concreta e definitiva sobre o pagamento das indemnizações. A abertura do Riu Caramboa, que está dentro das terras expropriadas, está marcada para o



Os donos de terras ameaçam fazer muito rebuliço na abertura do Hotel Riu Caramboa

próximo dia 30 deste mês.

Os proprietários expropriados não revelaram de concreto o que vão fazer, mas garantem que alguma coisa vai ser feita se o governo não determinar uma data definitiva para o pagamento das indemnizações.

O grupo fala em manifestações públicas ou bloqueio daquela unidade hoteleira e pede o apoio de toda a população local nesta luta, que segundo afirmam, é de todos os boavistenses e de todos os cabo-verdianos.

Esta não é a primeira vez que o grupo se organiza para exigir uma resposta do governo. Em Julho do ano passado invadiram a pista do Aeroporto Internacional da Boa Vista, também dentro dos terrenos expropriados, impedindo a aterragem de aviões na Boa Vista. A mesma ameaça foi feita na altura da inauguração do AIBV.

Contudo, os proprietários recuaram, preferindo uma negociação pacífica depois de um encontro com o primeiro-ministro, às vésperas do evento. Na altura José Maria

Neves prometeu pagar todo o dinheiro devido, tão-logo fosse publicada a Lei Especial sobre as indemnizações.

O grupo acusa o Estado de abandonar a ilha das dunas deixando-a sem serviços essenciais para o cidadão, há vários anos não tem sequer uma conservatória. "Agora querem tirar proveito da Boa Vista a todo o custo. Vamos lutar com tudo o que estiver ao nosso alcance para fazer-lhe respeitar os nossos direitos".

## A passos de caranguejo

Para o advogado Geraldo Almeida, que defende os proprietários, estão paradas as negociações com o governo: "Anda mais para trás do que para a frente". Segundo o advogado, o Património Geral do Estado está a interpretar a Lei com excesso de zelo e acaba exigindo o que não está na Lei.

Conforme explica Almeida, estão a exigir que os proprietários tenham uma habilitação notarial, "uma exigência absurda", já que não está

prevista na Lei Especial. Qualquer herdeiro pode pedir essa habilitação. Mas são precisos mais de dois mil contos para fazer essa publicação e eles não têm dinheiro para tal. "O Estado está a criar obstáculos, a atacar gentes que não têm nada, que só têm o direito de morrer", acusa.

## Lei Especial de Indemnizações

O grupo critica ainda a nova Lei especial das Indemnizações de proprietários expropriados, publicada em Março último. "Eles disseram que iam aprovar uma Lei para ajudar o nosso problema. Mas esta que publicaram só nos está a atrapalhar a vida, porque com esta lei o registo que temos não nos dá direito aos terrenos. Esta é a afirmação de alguns juristas", conta um dos proprietários.

Geraldo Almeida é também contra esta Lei Especial. O advogado que representa os herdeiros, também afirma que a lei só atrapalha as negociações. "É uma lei inútil. Primeiro porque tem a durabilidade de um ano. E até hoje não foi decidido nada. Depois de Março de 2009 ela já não vai valer nada", explica.

Também sobre essa nova Lei, A Semana falou com o jurista Carlos Veiga, para quem aquela legislação pode violar os direitos dos proprietários e pode confiscar os terrenos. Além disso, sublinhou Veiga, esta Lei está a tirar direitos já adquiridos nas legislações anteriores, como direitos de propriedade sobre terras e de registo gratuito.

O jurista Carlos Veiga propõe a substituição da Lei por uma que prevê a recorrência à justificação judicial ou notarial, o que não põe em risco um eventual confisco de bens. Se fosse um dos proprietários "iria ao tribunal ou ao procurador da república pedir a inconstitucionalidade da Lei".

## Quando o "tchom" vira terreno

As terras da Boa Vista são áridas, com pouco valor agrícola, mas isso não impediu que desse "tchom" os boavistenses tirassem o seu pão de cada dia.

Os terrenos de Chaves e Rabil já foram – algumas vezes – terras de milho e feijão, de pastos para os animais. Há quem lembre das experiências feitas com mancarra, grão-de-bico e algumas árvores frutíferas. A

colheita nunca foi muito boa, mas suficiente para garantir o sustento familiar. Um benefício com que já não podem contar.

E aquelas terras a que poucos davam valor, hoje são fonte de riqueza para muitos. De simples "tchom" onde se cultivava apenas para sustento próprio, tornou-se terreno dos investidores externos, onde a cada dia que passa erguem-se prédios altos, casas de

luxo e hotéis gigantescos.

Tudo isso devido à criação das ZDTI's. As terras da Boa Vista ficaram supervalorizadas, tornaram-se uma mina de ouro para o governo, para a Câmara Municipal e para empresários e investidores. As vendas excessivas de terrenos têm gerado conflitos como este das indemnizações.

A supervalorização de terre-

nos tornou-se também uma mina de ouro, um meio rápido de enriquecimento. No caso de Rabil e Chaves, muitos supostos proprietários exageraram na ratificação da área de seus terrenos. Foram encontradas situações de sobreposição, herdeiros a reivindicar o mesmo terreno. Neste caso o governo corre o risco de pagar duas vezes o mesmo lote.

SF

**DISTRIBUIDOR EM CABO VERDE DA MARCA:** Sanitana

**NOVIDADE** Série KAPA

Banheiras de Hidromassagem

Móveis e lavatórios

Bases e divisórias

novaliança

Consulte-nos: [www.mj.cv](http://www.mj.cv)  
E-mail: [mj@mj.cv](mailto:mj@mj.cv)  
Tel. 231 90 21 Fax 232 22 20

Visite a sua loja nas galerias Luso-Africana  
São Vicente Tel: 230 07 79 Fax: 230 07 78

## Supremo fora de prazo

Centrais



### Homossexual assumido

Emanuel Cabral tem 22 anos, estuda o 12º ano de escolaridade, é natural da ilha Brava e reside na Cidade de São Filipe. Emanuel decidiu revelar, através de **A Semana**, parte da sua vida, assumindo a sua conduta sexual, ou seja, assumir a sua homossexualidade.

In Suplemento



### DIA DA CULTURA com música e prémios

O Dia Nacional da Cultura, que amanhã se assinala sob o signo da música "o nosso precioso tesouro", deve ficar marcado pelo anúncio, logo mais, do vencedor do Grande Prémio Cidade Velha e dos prémios Pantera – Descuberta de Talentos Jovem.

Kriolidadi

### PAICV e MpD negoceiam novo congresso da ANMCV

Ambos os lados trabalham para superar a situação de quase ruptura que se vive na associação desde o Congresso de Agosto em que só o MpD e o grupo independente do Sal integraram as listas dos órgãos dirigentes desta entidade.

Pág. 4

### Presidente da JPAI renuncia ao cargo

O actual líder da Juventude do PAICV, Mário Semedo, deve pôr o cargo à disposição, por razões de saúde no encontro do Conselho Nacional que começa hoje, 17. No entanto, mesmo antes do anúncio oficial, já há candidatos a perfilarem-se na corrida para substituir Semedo.

Pág. 5

#### → ECONOMIA

Turistas angolanos começam a demandar Cabo Verde

Cifrão

#### → DESPORTO

A odisseia da Tanzânia

Lance

#### → POLÍTICA

"O SIR está em fase avançada de instalação"

Pág. 5



Os bens da sua casa estão bem protegidos?  
Continue a descansar mesmo depois das férias.

#### GARANTIA Lar - Seguro Multi-Riscos

Esteja de férias ou em trabalho, os seus bens estão sempre salvaguardados com o seguro GARANTIA Lar.

Conheça em pormenor este produto numa Agência da GARANTIA.



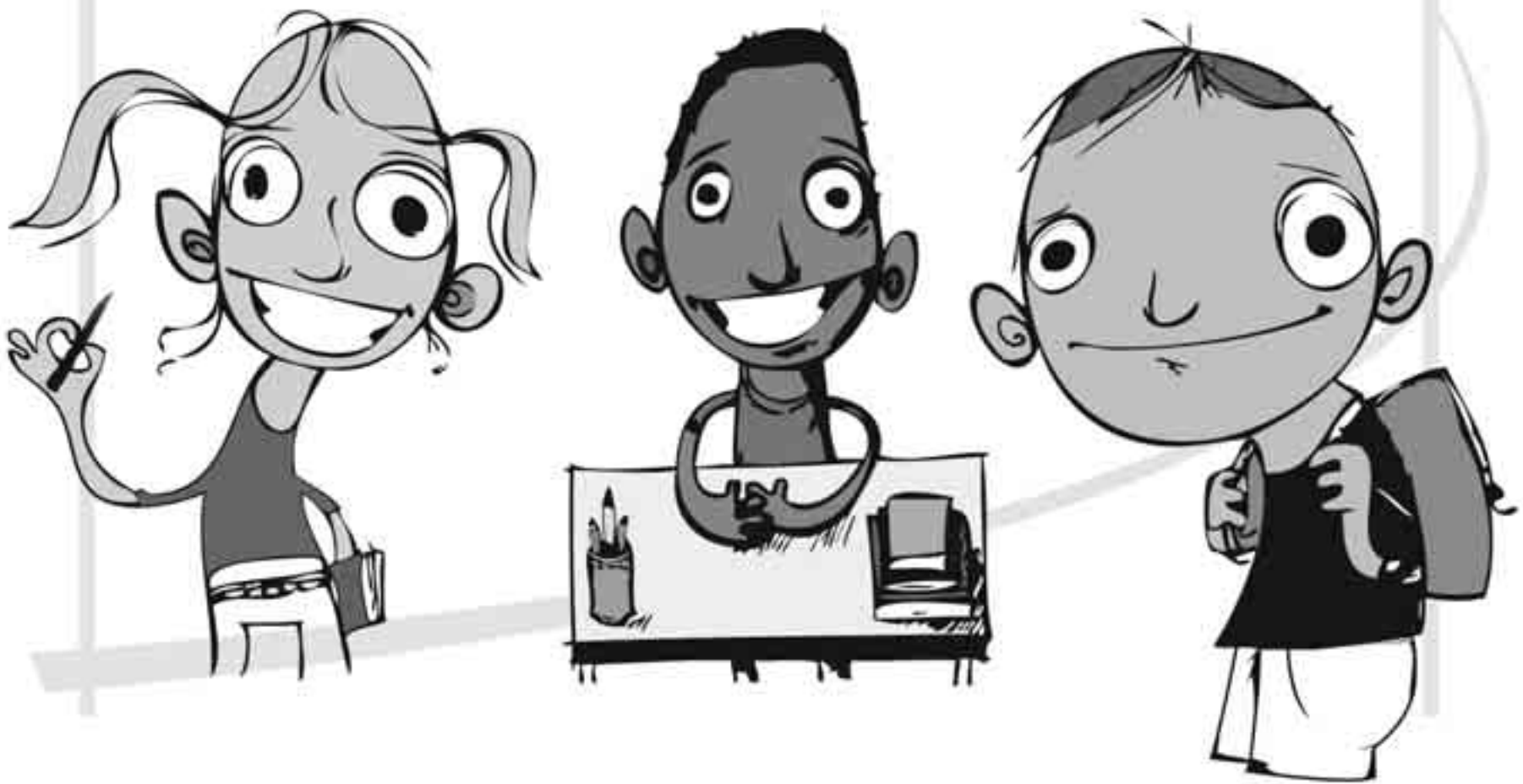
GARANTIA

mais perto de si!

www.garantia.cv



Um aluno seguro!



Um aluno IMPAR tem um futuro seguro!

Faça o **Seguro Escolar** *Para ir Mais Longe*

MINISTRO LÍVIO LOPES:

# "O SIR está em fase avançada de instalação"

ALÍRIO DIAS DE PINA

O Serviço de Informação da República (SIR) encontra-se em fase avançada de montagem, devendo o primeiro-ministro José Maria Neves anunciar proximamente ao país, a sua instalação definitiva. A afirmação é do ministro da Administração Interna, Lívio Lopes, que aproveita para anunciar, em exclusivo a este jornal, várias outras medidas no quadro da segurança do Estado, com destaque para os projectos de investigação facial criminal e o sistema de segurança nas fronteiras aeroportuárias. Estas medidas fazem parte do Plano Estratégico de Segurança Interna (PESI), a ser aprovado dentro em breve.

Aprovado há dois anos, por lei do parlamento, o Serviço de Informação da República (SIR) está em adiantada fase de montagem e instalação, revelou a este jornal o ministro da Administração Interna. O SIR, de acordo com a referida lei, tem como missão zelar pela segurança do Estado, disponibilizando dados e informações estratégicas para o desenvolvimento do país.

O ministro Lívio Lopes avança que a montagem do SIR encontra-se numa fase avançada e constitui uma das medidas importantes previstas no Plano Estratégico de Segurança Interna, ora em consensualização. "O SIR está, neste momento, em avançada fase de instalação, atento a um quadro legal exigente e complexo, que deve ser respeitado", assevera o governante, para quem caberá ao primeiro-ministro, José Maria Neves, anunciar ao país a instalação final desse serviço.

Lopes diz ainda que já o pacote legislativo referente à regulamentação do SIR, já está concluído e deve ser apresentado brevemente ao Conselho de Ministros para aprovação. E acrescenta que será também necessário regular a acção fiscalizadora da Comissão Parlamentar de Fiscalização composta por deputados do PAICV e MpD, o regime jurídico do segredo do Estado e a acção da Procuradoria-Geral da República no tocante à fiscalização da futura Base de Dados Pessoais.

O Ministro da Administração Interna comunica que dentre as medidas previstas está a fundamentação legal para o Sistema Integrado de Segurança Interna (SISI), que vem privilegiar a melhor articulação possível desse sistema com o Sistema de

Informações do SIR. "A completa instalação desse serviço depende também de outros órgãos de soberania. Mas estamos no bom caminho, quanto mais não seja porque alguns Serviços de Informação de países amigos que insistem em nos mostrar que a nossa actual opção, que consiste num sistema único do SIR, é a melhor", pontua o titular da pasta da Administração Interna.

Ainda assim, nem todos vêem com bom olhos a instalação do SIR, por associar esse tipo de organismo à Polícia Política, que alegadamente existiu durante a I República. "Gostaria de desmistificar a perspectiva errada, fantasmagórica e eivada de traumas do passado, que a criação do SIR instalou em alguns espíritos", diz Lívio Lopes. "Alguns pensam que os SIR são uma extensão da acção policial ou da investigação criminal, o que não é verdade. Os SIR têm também uma função estratégica fundamental para o desenvolvimento do país, que nunca deve ser esquecida, pois os SIR produzem análises estratégicas, conhecimentos e informações importantes para o processo de desenvolvimento do país, identificando oportunidades, antevendo decisões governativas fundamentais, precavendo contra desafios e ameaças da mais diversa natureza, etc. Os SIR cumprem, portanto, um extraordinário papel no desenvolvimento do país, não ficando a sua actividade circunscrita à produção de informações relativas ao crime e aos criminosos".

Mas nesta luta contra a criminalidade Cabo Verde não está só. Os Estados Unidos vão financiar um pacote para a segurança digital face ao crime. "Com os EUA avançamos muito em matéria de formação e investigação criminal. São os americanos que também vão-nos doar um equipamento de identificação facial, via cartas de condução, extremamente eficaz em matéria de investigação criminal, algo que o orçamento do Estado de Cabo Verde não pode comportar".

O governante afirma existir um outro projecto importante no quadro da Parceria Especial com a União Europeia, o sistema RAPIP, a ser montado nas fronteiras aeroportuárias. "Estamos a avançar, em termos de segurança documental e de fronteiras com a UE, no quadro da Parceria para a Mobilidade. Esse projecto importante está orçado em cerca de milhão de euros e irá modernizar, por completo, o sistema de segurança das nossas fronteiras aeroportuárias. O mesmo visa introduzir a biometria nos nossos documentos de viagem. Será um trabalho que o Serviço de Emigração e Fronteiras de Portugal e a Direcção de Emigração e Fronteiras da Polícia Nacional de Cabo Verde vão desenvolver em estreita cooperação e articulação".

## POR UMA ERA DE COLABORAÇÃO



ANTÓNIO  
LUDGERO  
CORREIA

"Não há excesso de liberdade se aqueles que são livres são responsáveis. O problema é liberdade sem responsabilidade."

MILTON FRIEDMAN

Fico, por vezes, com a ideia de que há um terrível mal-entendido, à volta da relação Polícia/Comunidades. E surgem, não raras vezes, vozes, de um e de outro lado, lançando achas para a fogueira.

É verdade que das comunidades, em desespero de causa, diante de um crime mais hediondo, ou de uma acção mais mediática ou mais mediatizada do Crime, vêm excessos de linguagem que podem ferir a susceptibilidade dos agentes da ordem mais esforçados. Mas isso não pode, de modo algum, servir de desculpa para os excessos daqueles que têm o dever e a obrigação de serem comedidos. Afinal, o que querem as comunidades das forças da ordem? A mim nunca me pareceu que quisessem mais do que isto:

**1) Que elas se mostrem capazes de garantir a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade públicas;**

**2) Que elas se mostrem capazes de garantir a segurança das pessoas e de seus bens;**

**3) Que elas se disponibilizem para liderar um processo de formação e informação, em matéria de segurança, dos cidadãos, fazendo de cada cidadão um parceiro na luta pelo reforço da segurança e contra a expansão da criminalidade.**

**4) Que elas se mostrem decididas a criar e a manter as condições de segurança que assegurem o normal funcionamento das instituições democráticas.**

No fundo, as comunidades parecem querer, e esperar dos poderes, um sistema nacional de segurança pública bem fundado e forte, livre de corporativismos prejudiciais e sem tentações de se imiscuir em questões outras que possam desviar a polícia da sua função precípua; e um sistema de educação/cultura, orientado e guiado por valores e princípios virtuosos/dignos, para que se possa alcançar a sociedade que se quer, se merece e se tem condições para começar a construir. E as comunidades (eu sei, porque estou sempre lá) oferecem-se para estabelecer as parcerias necessárias para atingir tal desiderato. E alertam, com **Beccaria** (1775), "**QUE É MAIS FÁCIL, MAIS ÚTIL E MAIS ECONÓMICO, PREVENIR DO QUE REPRIMIR**", e que isso é tarefa mais dos Ministérios da Economia, das Finanças, da Saúde, da Educação (emprego, saúde e educação são factores essencialmente anticriminogénicos) do que da Polícia ou dos Ministérios da Justiça ou da Administração Interna.

Nessa óptica, não será nada demais exigir a instalação de um sistema de segurança pública actuante e um esforço no sentido da instalação paulatina do policiamento comunitário.

Um sistema de segurança escorado em um

bom conhecimento da realidade das comunidades, interligado por uma boa rede de comunicações, suportado por um ágil sistema de mobilidade, e administrado por uma forte, hábil e generosa LIDERANÇA, e que pressuponha:

I. PRIVILEGIAR A PREVENÇÃO (MAIS VALE PREVENIR DO QUE REPRIMIR);

II. CORPORAÇÕES POLICIAIS BEM TREINADAS E BEM EQUIPADAS;

III. SINTONIA E PERMUTA DE INFORMAÇÕES ENTRE AS CORPORAÇÕES;

IV. BOM ENTROSAMENTO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO (uma assessoria do MP evitaria as trapalhadas que desqualificam as provas e as testemunhas que a polícia apresenta ao juiz);

V. O CULTO DA LEGALIDADE;

VI. INTEGRAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS DE VIGILÂNCIA;

VII. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES NO SISTEMA MEDIANTE MECANISMOS PRÁTICOS;

VIII. PERMANENTE RECURSO À INTELIGÊNCIA POLICIAL;

IX. UMA BOA REDE DE INFORMANTES;

X. NORMALIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO APITO, ENQUANTO INSTRUMENTO DE ALERTA DE SEGURANÇA.

E policiamento comunitário que deve ser, em essência, a colaboração entre a comunidade e a Polícia, com o objectivo de identificar e resolver os problemas da comunidade, deixando a Polícia de ser a única guardiã da lei e da ordem e transformando-se todos os membros da comunidade em elementos activos no esforço conjunto para melhorar a segurança e a qualidade de vida.

Os discursos inflamados, de um lado e de outro (aliás, nesta questão, haverá «lados» entre as comunidades e as forças da ordem?) calar-se-iam, abrindo-se uma temporada de colaboração, cooperação e entendimento.

Teremos, no entanto, que convir que o primeiro passo para a reinstalação da paz e da tranquilidade sociais é o desanuviamento do futuro do cabo-verdiano, *maximé* da juventude. Outros passos terão a ver com uma maior justiça na redistribuição da renda; com um mais simples acesso das famílias a um rendimento que dê para o básico; com uma urbanização planeada ao pormenor, onde não se perde de vista as eventuais consequências não positivas; com uma educação para a cidadania; com maior democracia económica; com oportunidades para os jovens; com justiça social, no sentido mais amplo da locução. Que, sem isso, não há polícia que valha, nem comunidade que se agente.



Vasconcelos Lopes apresenta no Mindelo...  
...Um novo conceito para "Vendas a Grosso" ...  
...RAPIDEZ PENSANDO EM SI  
www.vasconceloslopes.com

CASH & CARRY  
Central

232 19 93  
ZONA INDUSTRIAL  
CAMPINHO - MINDELO

# ANMCV

## pode ter novo congresso electivo

Os autarcas do PAICV e do MpD negociam a possibilidade de convocar um conselho geral da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde para o mês de Novembro, de modo a redefinir os estatutos da ANMCV. Com isso pretendem abrir caminho para um novo congresso electivo.

**P**ara já, ambos os lados trabalham para superar a situação de quase ruptura que se vive na organização desde o Congresso de Agosto em que só o MpD e o grupo independente do Sal integraram as listas dos órgãos dirigentes desta entidade que representa todos os 22 municípios do país.

Logo após o Congresso do passado mês de Agosto, os autarcas do PAICV disseram que não reconheciam legitimidade aos órgãos eleitos e que iriam abandonar a ANMCV. Uma posição que o partido da estrela negra reiterou, na semana passada, ao afirmar: “o congresso realizado optou por uma clara exclusão de parte dos Municípios do país e este mecanismo de assalto ao poder não se compagina com esta progressiva consolidação da democracia cabo-verdiana”.

O discurso público dos tambarinas evidencia-se contundente, mas o **A Semana** sabe que, desde há algumas semanas, autarcas do MpD e do PAICV têm vindo a negociar “a melhor maneira de retribuir aos órgãos da ANMCV o pluralismo e a representatividade necessários para o equilíbrio da política municipal em Cabo Verde”. Mas ninguém quer descoser. De modo concreto, o autarca tambarina Orlando Sanches apenas garantiu-nos que “vai haver um congresso, ainda em 2008, para eleger novos dirigentes para o Conselho Directivo e para a mesa do Conselho Geral da Associação”.

Amadeu Cruz, com quem Orlando Sanches tem mantido contactos, revela-se também bastante optimista quanto à possibilidade de um entendimento. “Estamos num bom caminho, embora saibamos que antes de qualquer coisa temos de convocar o Conselho Geral para tentarmos mudar os estatutos da ANMCV, pois as actuais normas nos impedem de convocar um congresso electivo três meses após a data da divulgação do resultado das eleições autárquicas”, pontua o autarca ventoinha do Porto Novo.

Francisco Tavares, presidente eleito do Conselho Directivo no Congresso de Agosto, admite também que “há vontade manifesta de ambas as partes no sentido de resolver os problemas que existem”. Num tom bastante conciliador, o autarca de Santa Catarina disse ao **A Semana**

que “*todos devem ter abertura para procurar soluções equilibradas que respondam ao nível de credibilidade que a Associação alcançou nestes anos de existência*”.

Nas entrelinhas, Francisco Tavares demonstra que concorda com a ideia de que os órgãos directivos da ANMCV devem “*não só representar todas as sensibilidades políticas da Associação como expressar a vontade dos cabo-verdianos*”. Fazendo essa reflexão, Tavares abre caminho para discutir a hipótese de um novo congresso electivo com os colegas do PAICV.

O autarca Amadeu Cruz defende que, numa possível revisão dos estatutos, a ANMCV deve adoptar o método de Hondt que incorpora a ideia de proporcionalidade na eleição tanto do Conselho Directivo como da mesa do Conselho Geral. “*Se houvessemos adoptado tal método não teríamos enfrentado o longo processo negocial no Congresso de Agosto para tentar arranjar uma lista consensual; bastava-nos apresentar listas separadas e, no final da votação, fariamos a proporcionalidade*”, explicita.

A adopção do método de Hondt é uma das hipóteses a discutir no Conselho Geral do próximo mês de Novembro, no qual os autarcas do PAICV e do MpD vão procurar reconciliar-se. Desde logo, nota-se que os ventoinhas se mostram abertos a procurar a “*solução adequada*” para evitar que os colegas do PAICV abandonem a ANMCV, como ameaçaram fazer após o último congresso.

Os observadores dizem esperar que o Conselho Geral previsto para Novembro seja, de facto, de conciliação entre as partes. “*Porque, caso aconteça o mesmo que aconteceu em Agosto, a ruptura será inevitável. Assim, em vez de uma entidade nacional com sinergias para fortalecer o poder local, corre-se o risco de ter duas associações fragmentadas: uma do PAICV e outra do MpD*”, pontua uma fonte deste jornal.

A vontade expressa dos autarcas parece caminhar, entretanto, no sentido da harmonização. Ao que tudo indica, num possível congresso extraordinário os dois lados podem chegar a um acordo próximo àquele que foi delineado no passado mês de Agosto. Isso significa que Francisco Tavares poderá manter-se na presidência do Conselho Directivo deixando o seu partido, MpD, indicar mais três representantes para este órgão. O PAICV, por seu turno, ficará com o cargo de segundo vice-presidente e mais dois vogais. Em contrapartida, os tambarinas desejam presidir o Conselho Geral e escolher o primeiro secretário da mesa; as restantes três vagas serão indicações do MpD.

Um desenho que perfilha a ideia de partilha do poder, em que um partido preside um órgão e a força política adversária comanda o outro. Aliás, desde que os autarcas criaram a Associação, esta é uma “*norma*” que sempre respeitaram. Nos últimos quatro anos, por exemplo, o ventoinha Américo Silva liderou o Conselho Directivo enquanto o tambarina Felisberto Vieira presidia o Conselho Geral.

Lançados esses dados na mesa, Francisco Tavares tenta agora harmonizar a agenda dos diferentes autarcas, para que o assunto seja discutido com a maior brevidade possível. É que vários projectos de cooperação com França e Portugal dependem dessa reconciliação dos eleitos municipais cabo-verdianos.



### UNIPAI BUSCA RESPOSTAS PARA OS DESAFIOS DE CABO VERDE

“*Cabo Verde 2015 - Grandes desafios e respostas ousadas*” dá o tema à V Edição da Universidade de Verão do PAICV (UNIPAI) que acontece de hoje a domingo na Praia. Um evento que vai reunir a elite política no poder, quadros tambarinas dos diversos sectores de actividade e partidos amigos, da família da Internacional Socialista (IS) à volta da “*Ousadia*” no PAICV.

O líder do partido no poder, José Maria Neves, deve abrir, às 18H30 de hoje, na Biblioteca Nacional, a UNIPAI 2008, que tem como reitora Cristina Fontes Lima. Até ao fecho desta edição estavam já confirmadas as presenças de representantes do Partido Socialista Espanhol (PSOE), Partido Socialista Português (PS) e Partido do Trabalho do Brasil (PT). Todos eles estão no poder e pertencem à família da Internacional Socialista. Cristina Fontes destaca a presença dessas formações políticas estrangeiras no encontro dos tambarinas. Uma participação que visa enriquecer o debate interno e trazer reflexões e experiências de países e povos que têm procurado respostas para desafios semelhantes aos de Cabo Verde.

Mas as novidades não ficam por aí. “*Para a Universidade deste ano vamos, pela primeira vez, experimentar o método de inscrições pagas junto das diferentes estruturas partidárias, em todos os concelhos e a nível central. Tudo com o propósito de valorizar e melhorar, cada vez mais, a qualidade desse evento*”, destaca Cristina Fontes.

JOÃO ALMEIDA MEDINA



Sanches e Tavares procuram uma saída

**STAND MODERNO**  
UMA FIRMA EFICIENTE PARA LHE SERVIR

**RentAuto, Lda.**  
A SUA EMPRESA DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS

Tel: 231 51 52 / Tlm: 991 82 96 - 996 85 92 / Fax: 232 74 70  
Rua Franz Fannon - 43 - Mindelo  
Tel: 231 96 64 / Tlm: 996 85 92 / Fax: 231 97 06 - 232 74 70 / E-mail: standmoderno@ovtelecom.cv / oficinastand@ovtelecom.cv

Av. Maria Manuel de Matos - CP 361 - Mindelo - S. Vicente - Cabo Verde



# Presidente JPAI renuncia

O actual líder da Juventude do PAICV, Mário Semedo, deve pôr o cargo à disposição, por razões de saúde no encontro do Conselho Nacional que começa hoje, 17. No entanto, mesmo antes do anúncio oficial, já há candidatos a perfilarem-se na corrida para substituir Semedo. O responsável da JPAI na Praia, Euclides Centeio é um que já anunciou a sua intenção de ser o próximo líder dos Jotas tambarinas.

**M**ário Semedo diz que a decisão de deixar a liderança da Juventude do PAICV é quase irreversível. "Por razões de saúde, penso pôr não só à disposição o cargo de presidente da JPAI, como também o de líder da bancada do PAICV na Assembleia Municipal da Praia", explicita Semedo num exclusivo a este jornal.

O líder da JPAI confirma que vai anunciar esta sua decisão no Conselho Nacional da organização a acontecer hoje na cidade da Praia. Mário Semedo salienta que, caso a sua saída da presidência se concretize, os três vice-presidentes podem assumir a gestão da juventude tambarina até ao VII Congresso, marcado para Setembro de 2009.

Outros dirigentes da mesma organização pretendem, no entanto, antecipar o Congresso para eleger uma nova liderança. Os nossos interlocutores defendem que a JPAI não pode desperdiçar um ano sem um líder para dinamizar as suas actividades, no momento em que a juventude do partido no poder precisa estar atenta às consequências políticas e sociais da crise financeira que o mundo atravessa.

ASemana sabe, de resto, que já há candidatos disponíveis para substituírem Mário Semedo na presidência da JPAI. Um deles é Euclides Centeio, responsável da estrutura concelhia e deputado do PAICV na Assembleia Municipal da Praia. Engenheiro informático de profissão, Centeio assume a sua candidatura. "Estou disponível para disputar

a liderança da JPAI. De entre outras razões que movem a minha possível candidatura, destaco ser portador de um projecto para tornar a organização juvenil do partido que sustenta o poder mais social e aberta à juventude. O meu combate será contra o desemprego, a delinquência juvenil e incentivarei a formação profissional", pontua Centeio.

Centeio acrescenta que a JPAI precisa realizar um inquérito/estudo para determinar o perfil e os problemas dos jovens cabo-verdianos, e em conformidade com os resultados desse levantamento. Caso o seu projecto de chegar à liderança se concretize, Centeio promete ainda dinamizar e modernizar a JPAI, dotando-a de uma base de dados com todos os seus membros devidamente cadastrados.

Entre os membros da JPAI são ainda referenciados mais dois nomes como possíveis candidatos à chefia da organização juvenil tambarina. São eles Ivete Ferreira e Vladimir Ferreira, com os quais foi impossível chegar à fala. Este último é o actual secretário-geral da JPAI e director da Escola Secundária de Achada Grande e a outra candidata é a primeira vice-presidente da equipa de Mário Semedo.

Mas muitos jovens, quadros e não só, ligados ao partido no poder dizem não se rever em nenhum dos candidatos. Querem uma nova organização mais dinâmica e melhor preparada para os novos tempos. "O PAICV tem muitos jovens capazes, líderes por excelência e sobretudo gente generosa que já deu provas de saber liderar projectos, vontades e gal-

vanizar os sonhos. O importante é que esses jovens sejam chamados para liderar um projecto de futuro e que esteja a altura das grandes aspirações da Juventude tambarina." Mas para isso precisam de espaço, de motivação e sobretudo que não sejam ofuscados por tricas políticas e interesses obscuros deste ou daquele membro do PAICV. A nossa fonte propõe para isso uma grande Assembleia de jovens militantes, simpatizantes e amigos do PAICV para todos discutirem a organização que querem. Dali sairão os melhores para dirigir a JPAI. "É preciso trocar urgentemente de modelo" desafia.

A Semana está em condições de avançar que, a partir da reunião de hoje do CN, muita coisa poderá mudar na JPAI. É que há críticas ao fraco desempenho da actual direcção, que acusam de não fazer sentir o peso da juventude da estrela negra nas últimas autárquicas: "ninguém sentiu o peso político dessa organização no terreno", desabafa uma fonte deste jornal.

Críticas exageradas, no entender de Mário Semedo. "Admito as críticas porque temos cometido alguns erros. Mas neste momento temos uma JPAI muito melhor da que encontramos quando assumimos a sua liderança. A prova disso são as recentes actividades que realizámos em apoio a 26 famílias da comunidade pobre da localidade de S. Tomé, na Praia, e a gala cultural, promovida na capital em comemoração do 13º aniversário da Jota," defende Semedo.

POR: ALÍRIO DIAS DE PINA





## Cabo Verde Shipping Agency, Lda.

# De porto em porto até si.

PORTS	VESSELS VOY	EASTSTAR 22.834	LAGOA 22.835	NORDSTAR 22.836	LAGOA 22.837	NORDSTAR 22.838	LAGOA 22.839	NORDSTAR 22.840	LAGOA 22.841	NORDSTAR 22.842	LAGOA 22.843	NORDSTAR 22.901	LAGOA 22.902
LE HAVRE	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Watson Brown	etd	---	20 Set	24 Set	07 Out	16 Out	28 Out	11 Nov	20 Nov	02 Dez	11 Dez	23 Dez	01 Jan
ANTWERP	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
ACSARZ	etd	---	20 Set	24 Set	07 Out	16 Out	28 Out	11 Nov	20 Nov	02 Dez	11 Dez	23 Dez	01 Jan
ROTTERDAM	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Cross Ocean	etd	---	20 Set	24 Set	07 Out	16 Out	28 Out	11 Nov	20 Nov	02 Dez	11 Dez	23 Dez	01 Jan
LEIXÕES	eta	13 Set	26 Set	26 Set	10 Out	21 Out	31 Out	11 Nov	21 Nov	08 Dez	14 Dez	29 Dez	04 Jan
Transinsular	etd	15 Set	26 Set	30 Set	13 Out	22 Out	03 Nov	17 Nov	26 Nov	08 Dez	17 Dez	29 Dez	07 Jan
LISBOA	eta	16 Set	22 Set	01 Out	14 Out	23 Out	04 Nov	18 Nov	27 Nov	09 Dez	18 Dez	30 Dez	08 Jan
Transinsular	etd	17 Set	25 Set	02 Out	15 Out	24 Out	05 Nov	19 Nov	28 Nov	10 Dez	19 Dez	31 Dez	09 Jan
LAS PALMAS (M)	eta	20 Set	---	05 Out	---	27 Out	---	22 Nov	---	13 Dez	---	03 Jan	---
Bérge	etd	20 Set	---	05 Out	---	27 Out	---	22 Nov	---	13 Dez	---	03 Jan	---
SÃO VICENTE	eta	23 Set	01 Out	08 Out	18 Out	30 Out	10 Nov	25 Nov	03 Dez	16 Dez	24 Dez	08 Jan	14 Jan
CSA	etd	23 Set	02 Out	08 Out	19 Out	30 Out	10 Nov	25 Nov	03 Dez	16 Dez	24 Dez	08 Jan	14 Jan
PRAIA	eta	24 Set	03 Out	09 Out	20 Out	31 Out	11 Nov	26 Nov	04 Dez	17 Dez	25 Dez	07 Jan	15 Jan
CSA	etd	25 Set	04 Out	11 Out	21 Out	01 Nov	12 Nov	28 Nov	05 Dez	19 Dez	26 Dez	09 Jan	16 Jan
BISSAU	eta	27 Set	---	13 Out	23 Out	03 Nov	14 Nov	30 Nov	07 Dez	21 Dez	28 Dez	11 Jan	18 Jan
Agamar	etd	29 Set	---	14 Out	24 Out	04 Nov	15 Nov	01 Dez	08 Dez	22 Dez	29 Dez	12 Jan	20 Jan
LEIXÕES	eta	06 Out	10 Out	21 Out	31 Out	11 Nov	21 Nov	08 Dez	14 Dez	29 Dez	04 Jan	19 Jan	25 Jan
Transinsular	etd	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Obs.: (a) Subject inducement  
Feeder from Rotterdam to Leixões

**SANTIAGO – PRAIA**  
**João Nunes**  
 Rua Visconde S. Januário nº12 – Caixa Postal 501 – PRAIA  
 Tel: +238 2 611179 \* Fax: +238 2 611198  
 e-mail: csa.com@cvtelecom.cv

**S. VICENTE – MINDELO**  
**Lucas Monteiro**  
 Rua Angola – Prédio Miguel Coronel R/C – MINDELO  
 Tel: +238 2 322750 \* Fax: +238 2 32275  
 e-mail: csa.vxe@cvtelecom.cv






# SUPERCONTA BCN

**PARA SI,  
QUE ACREDITA  
EM MELHORES  
RESULTADOS**

CONSIGA ATÉ  
AO ANO NA  
SUPERCONTA BCN

**6,5%**  
ao ano

*Vale a pena acreditar que há um banco em Cabo Verde dedicado a si, capaz de fazer mais pelo seu dinheiro. Para si, que acredita e ambiciona, criámos a SuperConta BCN onde o seu dinheiro rende até 6,5% ao ano. Acredite e consiga a melhor taxa do mercado.*

[www.bcdenegocios.cv](http://www.bcdenegocios.cv)

**BCN**  
BANCO CABOVERDIANO  
DE NEGÓCIOS



Grupo Banif

*A força de acreditar*

# RADAR

## Recado

Para perguntar à Comissão do BCA, quando é que vai distribuir os 16 milhões de escudos de dividendos que o Accionista e patrão do BCA, Caixa Geral de Depósito, disponibilizou para os trabalhadores desde a última Assembleia Geral que aconteceu em Março. Há rumores de que os Bosses querem tudo para eles e que os trabalhadores vão ver o navio a passar. Será? *Nôs boka ka sta la pamodi recadu ka ta panha pancada.* n

## Business

Na lógica de Mercado livre em que Cabo Verde se transformou, nos últimos anos, tudo vira negócio, inclusive a fé. E nos últimos dias, por causa de uma briga entre os mais que tudo de um templo da fé de peso, o perdedor resolveu criar a sua Igreja, já que o negócio floresce nas ilhas mais do que "fijón na ladera" nestes tempos de azáguas. Para tal há marketing e tudo o mais, como se palavra de Cristo fosse cebola. E em busca de quem compra, os accionistas da fé estão por todo o lado, hospitais, mercados e até em escola em horário de aula, chegando mesmo a interromper as classes para conseguir assinaturas para o registo do novo negócio. "Jesus não castiga a quem não assinar", diz o mensageiro de serviço, mas num tom de voz que deixa entender que é melhor jogar pelo seguro. n

## Congelado

Os cabo-verdianos estão confusos com a alteração da ordem natural das coisas. É que, dizem, depois que a Interbase foi consumida pelas chamas parece que o governo assumiu as funções deixadas vagas pela empresa de frio. Isso porque, dizem, neste momento não adianta apresentar projectos, iniciativas ou ideias aos ministérios e direcções gerais para financiamento porque, dizem, está tudo "congelado". Esta resposta virou agora motivo de chacota e já há quem diga que o governo não precisa procurar alternativas em São Vicente para armazenar os produtos frescos que antes eram congelados na Interbase. Basta direccionar para o Palácio da Várzea. Não há erro, ficam congelados até a hora do uso. Sem comentários. n

## Só Show I

**Radar** soube que o estilo de muito cinquentão que anda esnobando charme e pequenas pelos principais centros urbanos do país é só *show*. É que a página 7 apurou de fonte segura que, por detrás de todo o *style*, esqueleto bem empinado, roupas quase de teenagers, é um Deus nos acuda para ver quem consegue um Viagra a mais. E se o carregamento que comprou acaba é que são elas. A tal ponto que, em certos círculos, o futebol deixou de ser o tema de debate quotidiano. Dizem até que o Viagra está até a acabar com os amigos. É que a dívida de dois ou três grãos de Viagra de uns para com outros já está a causar inimizades. n

## Só Show II

E por falar em só *show*, um estudo internacional, feito nas principais capitais do mundo, evidencia que os homens têm uma grande atracção por viaturas de grande cilindrada e, logo, de alta potência. Esse estudo diz, também, que na grande maioria dos casos a potência da viatura é

inversamente proporcional à "potência" do proprietário. Assim, diante de tanto Jeep de alta cilindrada a rodar pelas principais cidades do país, como se houvesse uma moia de viaturas do género, **Radar** fica aqui a se questionar sobre a potência dos seus donos. n

## Desmando

Há um sindicato que anda por aí a falar de desmandos e não consegue resolver os seus próprios problemas internos. Há uma eternidade que consome grande quantidade de energia e água sem pagar um centavo. Em relação a esse precioso líquido, são esvaziadas centenas e centenas de metros cúbicos para o esgoto porque as canalizações há muito que estão em péssimas condições. Além disto, e na lógica de apoio incontestável ao trabalhador *des tera*, há uma distribuição desenfreada desse líquido a lavadores de carro. É *KA KUSTAL*. n

## Preocupação

Só para mostrar, mais uma vez a todos, a quantas anda o amor por este semanário, o **Radar** publica, na íntegra, a preocupação de um leitor: "É com bastante preocupação que estou a lamentar a ausência deste semanário durante esses meses, pois há gente que esta a esfregar as mãos para que o nosso e vosso jornal ficasse em férias e agonia, porque só assim é que eles vão conseguir ganhar terreno. Também há bocas a dizer que tudo mudou nesse semanário desde as últimas eleições e que há uma crise sem precedente que irá culminar com o desaparecimento desse semanário. Espero que isso não venha acontecer, porque milhares de leitores esperam a qualquer momento com o (n) vosso jornal nas bancas. Força camaradas." Ao leitor preocupado sugerimos que passe os olhos pelo jornal e tente achar onde anda a crise. n

# TACV 24

Negócios, Lazer e Turismo em 1 dia

**Preços  
espectaculares**

Sal/Boavista/Sal	7.200\$00
Boavista/Sal/Praia	7.200\$00
Sal/Praia/Sal	11.600\$00
Sal/S. Vicente/Sal	11.600\$00
Praia/S. Vicente/Praia	11.600\$00
Praia/Sal/Praia	11.600\$00
Praia/S. Filipe/Praia	8.300\$00
S. Filipe/Praia/S. Filipe	8.300\$00
S. Vicente/Praia/S. Vicente	11.600\$00
S. Vicente/Sal/S. Vicente	11.600\$00

**PREÇOS com taxas incluídas**

**50 ANOS** a transportar sonhos...






\*Taxas sujeitas a actualização sem aviso prévio

## Boa Vista

# Proprietários voltam à carga

Quando é que o Estado vai pagar as indemnizações aos proprietários de Rabil e Chaves? Esta é a pergunta que não quer calar e toda a Boa Vista anseia por uma resposta. Há mais de um ano nesta luta sem tréguas, os proprietários dos terrenos expropriados continuam à espera do dinheiro e ameaçam fazer “rebuliço” durante a inauguração do Hotel Riu Caramboa, caso não obtenham qualquer justificativa por parte do governo.

Texto: **Sílvia Frederico**

Quase um ano depois do encontro com o primeiro-ministro para discutir as melhores formas de pagamento, as indemnizações ainda não foram pagas. Na altura José Maria Neves prometeu avançar com a quitação das parcelas devidas, assim que for aprovada uma Lei Especial sobre o pagamento das indemnizações.

A legislação ficou aprovada em Março deste ano, mas até agora nenhum aval do governo. Nem o próprio advogado que os representa, disse um dos proprietários, sabe dizer o que está a ser decidido ou se já tomaram alguma decisão.

Os proprietários dizem-se insatisfeitos e decepcionados com o elenco governamental. “Confiámos na palavra do primeiro-ministro. Ele disse que resolveria o nosso problema assim que publicassem a Lei. Seis meses depois da aprovação, ele vai agora pelas palavras de alguns juristas. Como primeiro-ministro, ele tinha que cumprir com a sua palavra”, queixou-se Luís dos Reis Spencer, representante dos proprietários.

## Rebuliço na inauguração do Riu Caramboa

Os donos de terras ameaçam fazer muito rebuliço na abertura do Hotel Riu Caramboa, caso o governo não lhes dê uma resposta concreta e definitiva sobre o pagamento das indemnizações. A abertura do Riu Caramboa, que está dentro das terras expropriadas, está marcada para o



Os donos de terras ameaçam fazer muito rebuliço na abertura do Hotel Riu Caramboa

próximo dia 30 deste mês.

Os proprietários expropriados não revelaram de concreto o que vão fazer, mas garantem que alguma coisa vai ser feita se o governo não determinar uma data definitiva para o pagamento das indemnizações.

O grupo fala em manifestações públicas ou bloqueio daquela unidade hoteleira e pede o apoio de toda a população local nesta luta, que segundo afirmam, é de todos os boavistenses e de todos os cabo-verdianos.

Esta não é a primeira vez que o grupo se organiza para exigir uma resposta do governo. Em Julho do ano passado invadiram a pista do Aeroporto Internacional da Boa Vista, também dentro dos terrenos expropriados, impedindo a aterragem de aviões na Boa Vista. A mesma ameaça foi feita na altura da inauguração do AIBV.

Contudo, os proprietários recuaram, preferindo uma negociação pacífica depois de um encontro com o primeiro-ministro, às vésperas do evento. Na altura José Maria

Neves prometeu pagar todo o dinheiro devido, tão-logo fosse publicada a Lei Especial sobre as indemnizações.

O grupo acusa o Estado de abandonar a ilha das dunas deixando-a sem serviços essenciais para o cidadão, há vários anos não tem sequer uma conservatória. “Agora querem tirar proveito da Boa Vista a todo o custo. Vamos lutar com tudo o que estiver ao nosso alcance para fazer-lhe respeitar os nossos direitos”.

## A passos de caranguejo

Para o advogado Geraldo Almeida, que defende os proprietários, estão paradas as negociações com o governo: “Anda mais para trás do que para a frente”. Segundo o advogado, o Património Geral do Estado está a interpretar a Lei com excesso de zelo e acaba exigindo o que não está na Lei.

Conforme explica Almeida, estão a exigir que os proprietários tenham uma habilitação notarial, “uma exigência absurda”, já que não está

prevista na Lei Especial. Qualquer herdeiro pode pedir essa habilitação. Mas são precisos mais de dois mil contos para fazer essa publicação e eles não têm dinheiro para tal. “O Estado está a criar obstáculos, a atacar gentes que não têm nada, que só têm o direito de morrer”, acusa.

## Lei Especial de Indemnizações

O grupo critica ainda a nova Lei especial das Indemnizações de proprietários expropriados, publicada em Março último. “Eles disseram que iam aprovar uma Lei para ajudar o nosso problema. Mas esta que publicaram só nos está a atrapalhar a vida, porque com esta lei o registo que temos não nos dá direito aos terrenos. Esta é a afirmação de alguns juristas”, conta um dos proprietários.

Geraldo Almeida é também contra esta Lei Especial. O advogado que representa os herdeiros, também afirma que a lei só atrapalha as negociações. “É uma lei inútil. Primeiro porque tem a durabilidade de um ano. E até hoje não foi decidido nada. Depois de Março de 2009 ela já não vai valer nada”, explica.

Também sobre essa nova Lei, A Semana falou com o jurista Carlos Veiga, para quem aquela legislação pode violar os direitos dos proprietários e pode confiscar os terrenos. Além disso, sublinhou Veiga, esta Lei está a tirar direitos já adquiridos nas legislações anteriores, como direitos de propriedade sobre terras e de registo gratuito.

O jurista Carlos Veiga propõe a substituição da Lei por uma que prevê a recorrência à justificação judicial ou notarial, o que não põe em risco um eventual confisco de bens. Se fosse um dos proprietários “iria ao tribunal ou ao procurador da república pedir a inconstitucionalidade da Lei”.

## Quando o “tchom” vira terreno

As terras da Boa Vista são áridas, com pouco valor agrícola, mas isso não impediu que desse “tchom” os boavistenses tirassem o seu pão de cada dia.

Os terrenos de Chaves e Rabil já foram – algumas vezes – terras de milho e feijão, de pastos para os animais. Há quem lembre das experiências feitas com mancarra, grão-de-bico e algumas árvores frutíferas. A

colheita nunca foi muito boa, mas suficiente para garantir o sustento familiar. Um benefício com que já não podem contar.

E aquelas terras a que poucos davam valor, hoje são fonte de riqueza para muitos. De simples “tchom” onde se cultivava apenas para sustento próprio, tornou-se terreno dos investidores externos, onde a cada dia que passa erguem-se prédios altos, casas de

luxo e hotéis gigantescos.

Tudo isso devido à criação das ZDTI's. As terras da Boa Vista ficaram supervalorizadas, tornaram-se uma mina de ouro para o governo, para a Câmara Municipal e para empresários e investidores. As vendas excessivas de terrenos têm gerado conflitos como este das indemnizações.

A supervalorização de terre-

nos tornou-se também uma mina de ouro, um meio rápido de enriquecimento. No caso de Rabil e Chaves, muitos supostos proprietários exageraram na ratificação da área de seus terrenos. Foram encontradas situações de sobreposição, herdeiros a reivindicar o mesmo terreno. Neste caso o governo corre o risco de pagar duas vezes o mesmo lote.

SF

**DISTRIBUIDOR EM CABO VERDE DA MARCA:** Sanitana

**NOVIDADE** **Série KAPA**

**Banheiras de Hidromassagem**

**Móveis e lavatórios**

**Bases e divisórias**

**novaliança**  
comercialização múltipla construção

Visite a sua loja nas galerias Luso-Africana  
São Vicente Tel: 230 07 79 - Fax: 230 07 78

**mj import export**  
Consulte-nos: www.mj.cv  
E-mail: mj@mj.cv  
Tel. 231 90 21 Fax 232 22 20

HUMBERTO  
CARDOSO



# CARÁCTER EM TEMPO DE CRISE

15 de Outubro de 2008  
emcima.blogspot.com

Momentos de crise, e particularmente de crise generalizada como a que hoje o mundo se depara, são momentos de análise, de retrospectiva e de contemplação interior de indivíduos, instituições e países. Avalia-se o carácter da Nação, a sua força interior e sua capacidade de reacção a mudanças inesperadas. Mas também, a sua energia, motivação e vontade de se adaptar a novos paradigmas de existência e de, criativamente, singrar e prosperar no mundo pós crise, que inevitavelmente se seguirá.

A meio da crise financeira que, de uma maneira ou outra, a todos afecta, as vulnerabilidades de Cabo Verde saltam à vista. O País depende essencialmente de fluxos externos, em forma de remessas de emigrantes, de ajuda externa e de investimento directo estrangeiro. Sem recursos naturais e com uma base de exportação de bens e serviços exígua, Cabo Verde precisa desses fluxos para se equilibrar em termos económico-financeiros.

A crise actual, pela sua abrangência, interfere com todos os componentes do fluxo. As remessas dos emigrantes podem vir a diminuir com a travagem brusca e mesmo recessão das economias dos países hóspedes na Europa e na América. O investimento directo estrangeiro já está a sofrer com os fortes constrangimentos ao crédito. O volume de ajuda aos países menos desenvolvidos será provavelmente reponderado na situação actual em que os países doadores são confrontados com apertos orçamentais para fazer face às novas responsabilidades. Têm que, por um lado, restaurar confiança perdida no sistema financeiro e, por outro, estimular a economia real com investimentos públicos, estímulos fiscais e apoios dirigidos a grupos vulneráveis.

A actual crise poderá ser um toque de despertar para Cabo Verde. A acontecer, a Nação teria a oportunidade de avaliar se tem energia, estamina e vontade para prevalecer sobre as dificuldades. Se, em reacção aos sucessivos choques externos, a começar pelo choque dos anos 1999/2000 e passando pelo caso mais recente de alta do petróleo conjugado com o exacerbar dos preços dos cereais, soube renovar-se para enfrentar os tempos.

Se fez as reformas do Estado para o tornar mais eficiente na utilização dos recursos públicos e mais eficaz nas suas realizações. Se alterou no essencial a relação do Estado com a economia, deixando de ser agente de bloqueio para ser facilitador, regulador e fornecedor de bens básicos como segurança, saúde, educação e infraestruturas estratégicas. Se mudou fundamentalmente a relação do caboverdiano com o Estado, passando o Estado a servir o direito à liberdade e à felicidade dos cidadãos em vez de se servir do Poder para os manter subservientes e gratos. Se, no processo, emergiu uma nova visão de desenvolvimento e novos valores e atitudes e uma nova ética de trabalho que reconhece no aumento da produtividade dos indivíduos, das empresas e do país em geral a base real da prosperidade e riqueza das nações.

Revelações recentes mostram que se ficou muito aquém desses objectivos.

***Ninguém, de facto, acredita na economia. A começar pelo próprio Estado. Quando surge uma oportunidade, a tendência é de a encarar como passageira e única e, de forma especulativa e quase parasitária, a explorar até ao osso.***

É exemplo disso o que o Sr. Primeiro-Ministro afirmou no debate promovido pelo jornal "Asemana". Foi peremptório em dizer que qualquer sondagem dirigida a jovens universitários em Cabo Verde revelaria que 95% quer entrar para o Estado. Contrariamente ao que, segundo ele, se verificaria com jovens americanos. Em igual percentagem, pretendiam todos criar a sua empresa e construir a sua oportunidade.

Quando o Primeiro Ministro, no seu oitavo ano de governação, deixa escapar essa sua crença ou constatação, que legitimamente se poderá interpretar como uma confissão de falhanço de políticas, é de se perguntar o que é que afinal inspira, motiva e move o caboverdiano. Será possível que, trinta e três anos após a independência, o sonho caboverdiano continue a ser a função pública? Que seja o mesmo sonho daquele que, décadas atrás, tirando a emigração, só vislumbrava escape a uma existência de incertezas e de secas devastadoras, no ingresso seu ou dos filhos no Estado?

Se assim é, então, como conciliar esse sonho

com a prosperidade que já põe o rendimento per capita dos caboverdianos acima dos dois mil dólares? Certamente que riqueza nacional necessária para isso não foi criada por pessoas a realizar o sonho de serem funcionários. Teve que vir de fora. E são esses recursos exteriores que expandiram as fileiras do Estado e ainda alimentam o sonho do funcionalismo público.

Há vinte anos atrás, Aristides Pereira, então presidente de Cabo Verde, apelou a que as frentes de alta-intensidade de mão de obra (FAIMO) deixassem de ser o local onde se degradava a consciência laboriosa do povo. De facto, prosperidade dada, renda recebida, subsídio garantido e outras formas de assistência, não são ingredientes para a construção de uma cultura de produção e de desenvolvimento, nem para o surgimento de uma ética de trabalho que privilegie esforço individual, iniciativa e cooperação para atingir fins colectivos. Pelo contrário, fomenta a atomização social e a luta entre indivíduos para melhor se posicionarem na cadeia "alimentar" criada e sustentada pela ajuda externa. Uma luta sempre acompanhada de laivos de mesquinhez, inveja e covardia.

O mundo criado pelo espírito assistencialista estiola a possibilidade de construção da confiança entre pessoas e entre elas e as instituições do Estado e bloqueia, ainda, o desenvolvimento de cultura cívica e a emergência da sociedade civil. Na corrida pelas nomeações e colocações, pelos favores e por oportunidades de lucros fáceis e rápidos, assiste-se ao contínuo desfiar do tecido social e conseqüente destruição de capital social. Paralelamente a essa corrida, e com ela intimamente imbricada, afirmam-se aqueles que constroem o seu poder, pessoal, político e económico, acotovelando os outros para serem eles a fazer os jeitos, a criar os acessos especiais e a escolher os ganhadores.

Em tal ambiente, os cidadãos vêem a sua liberdade comprometida pelo emaranhado de relações de gratidão e subserviência que os cerca e engole. O poder do Estado é ferido de ilegitimidade e de autoridade devido à falta de transparência, falta de isenção e repetidas demonstrações de não prossecução do interesse público. O desenvolvimento é comprometido porque não se compadece com actores sociais a funcionar como num jogo de soma nula, em que cooperação entre indivíduos é baixa e em que, para se avançar, subtrai-se em vez de se adicionar energias, esforços e vontades.

As sondagens do Afrobarómetro, publicadas em 2005 e em 2008, dão conta da gravidade da situação vivida em Cabo Verde. O nível de capital social é extremamente baixo. As pessoas não confiam umas nas outras. O Afrobarómetro de 2005 apontava para 94% a percentagem de caboverdianos que achavam que, "nas relações com outras pessoas se devia ter muito cuidado". Compreende-se, assim, porque não se associam nem para actividades empresariais e muito menos para acções cívicas ou de natureza social. Os últimos resultados, apresentados no jornal Asemana de 10 de Outubro, põem em 75% e 80% a percentagem de caboverdianos que não são membros de qualquer associação seja ela, cívica, sócio-profissional, religiosa, comunitária ou

política. Fica a interrogação o que são, de facto, as dezenas ou centenas de associações, que proliferam pelo País e que usufruem de fundos do Estado e da cooperação internacional.

Ainda segundo o Afrobarómetro, o ambiente no País é de desinteresse pelos assuntos públicos. Em relação a 2005, os resultados de 2008 apontam para uma queda de 65% para 17% para os que seguem a vida nacional. Mais. O desinteresse é acompanhado de receios múltiplos. 52% dos entrevistados não falam de política por medo de serem prejudicados pelos poderes instalados. Outros 35% dizem que em nenhuma circunstância participariam em marchas de protesto.

No debate o Sr. Primeiro Ministro repetiu o celebrado motto das escolas de negócios: não há almoços grátis. De facto não há. Por isso, Cabo Verde paga, e bem caro, a sua prosperidade artificialmente criada e sustentada por remessas de emigrantes e ajuda externa. Cabo Verde paga, e bem caro, o facto dos seus dirigentes terem sido incapazes de usar a almofada que essa assistência representava para lançar o País e as suas gentes na criação de uma economia produtiva. Cabo Verde paga, e bem caro, o facto dos seus governantes deixarem-se cair na tentação de usar os recursos postos à disposição do País para se sustentarem no poder, mantendo as populações dependentes e os seus fiéis contentes.

O modelo de reciclagem de rendas esgotou-se. Como em todo o lado eleva a prosperidade geral até certo ponto. Depois, o desemprego instala-se e não diminui. As desigualdades sociais aumentam porque quem administra a renda tende a abocanhar uma parcela cada vez maior. Todos têm os olhos fixos no Estado à espera de oportunidade para se guindarem à posição de usufruir da parte mais choruda da renda. Entretanto, investimentos em sectores como educação, formação profissional, que só resultam num ambiente de gosto pelo conhecimento, de reconhecimento do mérito e de incentivo à criatividade e inovação, perdem-se em sonhos de lugar e salário seguro para toda a vida na Função Pública.

Ninguém, de facto, acredita na economia. A começar pelo próprio Estado. Quando surge uma oportunidade, a tendência é de a encarar como passageira e única e, de forma especulativa e quase parasitária, a explorar até ao osso. Sem preocupação de capitalizar sobre ela, de densificar o tecido empresarial para melhor a potenciar e sustentar e de a usar como possível base de projecção futura no quadro dinâmico das relações económicas mundiais.

Comparando a "performance" de Cabo Verde com quem nunca se devia e deixando ser seduzido pela própria propaganda, a governação delapida as reservas de energia dos caboverdianos e fragiliza o carácter da Nação. Até quando!?

Que a crise financeira, que teve na sua origem ganância e rendas fáceis e exorbitantes geradoras de desigualdades profundas, sirva para fazer o País arrepiar de caminho. Cabo Verde precisa seguir uma outra via que leve à prosperidade de todos, com dignidade, na liberdade e cultivando os valores de trabalho, de sacrifício que, ao longo dos séculos, permitiram ao seu povo ser o que é e afirmar-se, não obstante as maiores calamidades.



# Supremo cadu

O mandato dos actuais integrantes do Supremo Tribunal de Justiça expirou desde Abril. E, por conseguinte, todos os juízes-conselheiros estão fora do prazo, tal e qual Raul Querido Varela que há muito ostenta esse estatuto. Uma situação que poderá arrastar-se por mais algum tempo até que o parlamento aprove o novo sistema de acesso ao STJ e se proceda à instalação do Tribunal Constitucional.

JOSÉ VICENTE LOPES

**É** o desconforto e o desprestígio. O ano judicial começa oficialmente na próxima semana, com o acto oficial a ter lugar em S.Vicente, e os cinco juízes-conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça estão com o mandato expirado.

Esta é uma situação que se arrasta desde Abril e, pelo andar da carruagem, ameaça prolongar-se por mais algum tempo. No fundo, todo o colectivo que compõe o STJ encontra-se neste momento na mesma situação de Raul Querido Varela cujo mandato expirou há mais de cinco anos, sem que nunca se tenha procedido à sua substituição ou renovação.

E se a eternização de Raul Varela se explica pela imposição da Constituição da República que manda que o “quinto” juiz deve ser designado pela Assembleia Nacional por uma maioria de dois terços, e pelo facto de os dois principais partidos, PAICV e MpD, nunca conseguirem pôr-se de acordo quanto à pessoa talhada para o cargo, já este caso de perda colectiva de mandato da STJ deixa muito mal na fotografia todos aqueles que foram eleitos para dignificar a justiça pelo Estado de Direito em Cabo Verde. Sim, porque como que por ironia, a história repete-se agora em relação aos demais quatro juízes do STJ que desde Abril viram também o seu mandato chegar ao fim.

Este facto está a embarçar os vários sujeitos políticos e judiciais, que consideram o quadro

em que o Supremo agora se encontra como algo “desconfortante”, “desprestigiante” e “nada abonatório” para a imagem do Estado em Cabo Verde. Isto quando o actual regime político cabo-verdiano caminha para 20 anos, tempo considerado suficiente para exigir maturidade aos actores políticos, que devem fazer funcionar na normalidade as instituições democráticas, mormente aquelas que lidam com o Direito.

E é preocupado com esse estado de coisas que o presidente da República chamou a atenção executivo, quer do legislativo para “a insustentável” situação que o país vive, instando-os a sanarem o problema o mais depressa possível, soube **A Semana**. Inclusive, terá sido depois desse alerta que o Palácio da Várzea decidiu avançar com a nomeação do novo procurador-geral da República, tendo a escolha recaído sobre Júlio Martins. Aparentemente, o governo (que é quem indica ao PR o PGR para posterior nomeação) pretendia avançar em simultâneo com o processo de escolha dos juízes do STJ, mas o sinal de que algo estava a ser feito para pôr a instituição Justiça a funcionar tinha que ser dado sem delongas. Pelo menos avançando com um novo PGR, pois o outro também já estava “fora de prazo”.

Depois de abordar o assunto com José Maria Neves, o presidente da República encontrou-se na semana passada com os líderes do MpD e da UCID, Jorge Santos e António Monteiro, respec-

tivamente, manifestando-lhes a sua preocupação relativa ao actual quadro da justiça, com um STJ, e por inerência o Tribunal Constitucional, com mandato expirado.

Ademais, há o problema da instalação do Tribunal Constitucional, um assunto que também se arrasta há bastante tempo, com muitos avanços e recuos pelo meio. Isto porque ora é o MpD, ora o PAICV, a fazer depender o avanço deste dossier em função das suas estratégias partidárias.

No caso do STJ, o presidente desta entidade, que também preside o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), lamenta que se tenha deixado o mandato dos juízes-conselheiros expirar sem uma solução imediata, quando se sabe o lugar que a Justiça ocupa na “legitimação” dos poderes num regime como o cabo-verdiano.

“A situação não é confortável, tanto do ponto de vista pessoal como institucional, mas quem tem a chave para a resolução deste problema é o parlamento”, diz Benfeito Mosso Ramos. Mas, em nome da coerência, salienta: “Da mesma forma que defendi que o dr. Querido Varela podia continuar em funções, com todos os direitos, enquanto não fosse substituído, volto a defender a mesma posição agora que o mandato dos restantes quatro juízes-conselheiros chegou ao fim”.

Mas o termo do mandato interfere ou não no exercício da função?, quisemos saber. “Há um

*estado de espírito que acompanha o termo de qualquer mandato como o nosso”, admite Mosso Ramos. “Pessoalmente, espero que os magistrados que se encontram no STJ sejam profissionais o suficiente para não deixarem que o fim do seu mandato interfira no seu trabalho. De todo o modo, não podemos fingir que esta não seja uma situação desconfortável, pelo contrário, ela é nada agradável”.*

A mesma posição tem o presidente da AN, quanto ao desconforto e desprestígio da República, porém Aristides Lima repele as culpas que se quer imputar ao parlamento. *“Neste momento, do ponto de vista legal e constitucional, não há nada que impeça o processo de designação dos juizes”, argumenta. “A lógica é a mesma utilizada para a nomeação do novo procurador-geral da República”.*

O governo, que tem um compromisso com os magistrados, no sentido de criar condições para que a ascensão ao STJ seja por carreira e não por nomeação política, também lava as suas mãos e atira, de certa forma, a bola para o MpD. *“A nomeação dos juizes do STJ depende mais da AN, do PR e do CSMJ do que de nós, governo”, diz a ministra da Justiça, antes de relembrar que o pacote legislativo, do qual consta o novo estatuto dos magistrados judiciais e do Ministério Público e a lei da organização da justiça, encontra-se na AN desde Maio passado e só não foi agendado por objecção do MpD.*

*“Havia a possibilidade do assunto ser agendado para a sessão de Junho, depois ficou para Julho, e o MpD preferiu deixar tudo para Outubro, alegando que não havia motivo para pressas”, recorda Marisa Morais as declarações de Fernando Elísio Freire ao A Semana (11-07-08). De todo o modo, a MJ defende que na falta de uma revisão “a Constituição é clara: o PR nomeia um juiz, a AN designa um juiz e o CSMJ os outros três”.*

O presidente da bancada do MpD não aceita a bola que neste imbróglgio se quer passar ao seu partido. *“O pacote de reforma foi introduzido pelo governo no parlamento em Maio, quando o mandato do STJ terminou em Abril; portanto, de quem é culpa pela não substituição dos juizes em Abril?”, pergunta. “O governo distraiu-se, foi apanhado em contrapé e agora quer mandar a culpa para cima do MpD”, responde Fernando Elísio Freire, para quem em questões que envolvem a maioria de um terço “deveria haver mais seriedade dos actores políticos”.*

Neste momento, tudo indica que o assunto possa ser resolvido na primeira plenária do novo ano parlamentar que começa dentro de duas semanas. Ontem, as duas bancadas tinham agendado um encontro para tratar do assunto, até porque, salienta Fernando Elísio Freire, *“não podemos continuar com um STJ fora do prazo”, sendo certo que da resolução desse problema depende também a instalação do Tribunal Constitucional.*

De uma coisa é certa, mesmo com a aprovação do pacote legislativo referente à justiça, será necessário mais algum tempo (entre três e seis meses, no mínimo) para se proceder à renovação do STJ e depois à instalação do TC. É que, aprovada a lei haverá que se regulamentar o concurso, realizá-lo, nomear os vencedores, etc. E, assim nessa dança de prazos, acontece a abertura de um novo ano judicial marcado para o próximo dia 24, no Mindelo. Um ano que começa sob o signo da caducidade. Sim, pela primeira vez, a mais alta instância judicial está fora de prazo.

Para a ministra Marisa Morais, a situação em si é legal, porquanto os titulares dos cargos mantêm-se no lugar até serem substituídos pelos seus legítimos sucessores. *“É legal, é constitucional, mas não será confortável a situação”, acrescenta essa governante, na linha, aliás, do que defende o até agora presidente do STJ. Benfeito Mosso Ramos deixa, todavia, este reparo: “Para a salvaguarda da imagem do Estado, é bom que a renovação dos mandatos dos órgãos judiciais seja feita no tempo devido”.*

# Juízes sob pressão

KIM-ZÉ BRITO

Os magistrados deverão votar a alteração de dois artigos dos Estatutos da classe, durante a assembleia-geral ordinária da sua associação de classe (ANMCV), marcada para o dia 23 de Outubro, em S. Vicente. Os pontos relativos a impedimentos e composição das listas de candidatura serão debatidos no encontro e perspectiva-se uma readaptação dos seus conteúdos.

*“Neste momento, os membros dos órgãos directivos estão impedidos de assumirem determinadas funções, por exemplo o cargo de vogal do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Assessores Jurídicos... A ideia era evitar incompatibilidades mas, com o passar do tempo, vimos que, afinal, essas situações podem até ser vantajosas para a defesa dos nobres interesses da Justiça”, diz o juiz Simão Santos, presidente da ANMCV. E explica: “quando um magistrado exerce funções dentro de outros aparelhos fica melhor posicionado para expor as suas ideias e defender as causas gerais da Justiça”. Como diz, “se a norma sobre os impedimentos cair, os dirigentes da ANMCV poderão, por exemplo, passar a aceder ao CSMJ”.*

No tocante à formação das listas de candidatura, a associação deparou com um dilema interessante, no caso de sucessão nos órgãos directivos. Tal como está, se o presidente deixar o cargo quem por direito deve subir é o presidente suplente, constante da lista presente à eleição. Acontece que, na prática, segundo Simão Santos, o suplente não está por dentro dos dossiers mas sim o vice-presidente efectivo. A intenção é fazer com que seja o vice a galgar para o cargo de presidente.

Além destes aspectos, os magistrados deverão ainda debruçar-se sobre o relatório do estado da Justiça apresentado pelo presidente do CSMJ e o atraso no pagamento dos retroactivos de promoções e progressões. Questionado sobre a tão falada *“fraca produtividade”* dos tribunais da Praia, como faz referência o documento do CSMJ, Simão Santos admite que, como em todas as profissões, há juizes que trabalham muito e outros nem tanto. *“Mas isto não pode ser analisado de ânimo leve, pois há que ter em conta a complexidade de determinados processos. Se um juiz quiser despachar duzentos processos num ano pega nas bagatelas e pronto. Só que corre o risco de ajuizar de forma superficial”, explica Santos, que considera como acto pernicioso o facto de se impor aos tribunais o julgamento de trezentos casos por ano, o que pelas suas contas significaria dar todos os dias pelo menos uma sentença. Ora bem, tirando fora os fins de semana, feriados e férias, seriam 200 e poucos dias para se fazer 300 julgamentos.*

*“Se o juiz for demasiado pressionado pode decidir à pressa. A Justiça clama por qualidade e não por quantidade”, alerta o presidente da ANMCV, para quem o relatório joga com a frieza das estatísticas e não com a complexidade dos casos. Relembra que têm surgido processos que consomem quase um mês de julgamento.*

Por isso Simão Santos aconselha o CSMJ a analisar, no terreno, os motivos que estão na base da baixa produtividade de um determinado tribunal. Por outro lado, adverte que há comarcas que trabalham sem as condições humanas e materiais necessárias, juizes que temem pela sua segurança e que trabalham sem motivação.

A morosidade processual, na opinião do jurista Pedro Rogério Delgado, poderia ser o mal menor se as decisões dos tribunais tivessem o selo da legalidade e justiça. *“O importante é que não haja erros grosseiros em prejuízo dos direitos fundamentais dos indivíduos”, acrescenta Delgado, que defende também uma análise mais aprofundada sobre as causas da morosidade processual.*

Na opinião deste jurista, os próprios advogados precisam auxiliar na prossecução da justiça. *“Se não houver debates processuais entre autores e réus, entre o Ministério Público e os defensores, tudo fica mais difícil”, adverte.*

Entre as causas que estarão a influenciar o ritmo da justiça em Cabo Verde, Delgado aponta a falta de especialização dos tribunais cíveis das cidades do Mindelo, da Praia e de Santa Catarina. *“Esses tribunais julgam de tudo: casos de família, de herança, questões laborais... Há processos que já esperaram sete anos por uma sentença, o que é de mais”, desabafa o jurista.*

Outro ponto de travagem, na perspectiva desse advogado, prende-se com a tendência de determinados juizes se aterem apenas aos processos que lhes são directamente atribuídos e deixarem a mofar os casos pendentes, que estavam sob a responsabilidade de outro colega. *“Se um juiz sai de uma comarca, quem entra tem alguma relutância em pegar nos processos antigos”, esclarece Delgado, que não deixa também de picar o Supremo Tribunal da Justiça no que toca à famigerada morosidade da Justiça.*

CO

**“Há um estado de espírito que acompanha o termo de qualquer mandato como o nosso”, admite Mosso Ramos. “Pessoalmente, espero que os magistrados que se encontram no STJ sejam profissionais o suficiente para não deixarem que o fim do seu mandato interfira no seu trabalho. De todo o modo, não podemos fingir que esta não seja uma situação desconfortável, pelo contrário, ela é nada agradável”.**

# Centro de Formação Profissional Fogo/Brava bloqueado

POR: NICOLAU CENTEIO

Um Diferendo sobre a titularidade do terreno atrasa o arranque do Centro de Formação Profissional da Região Fogo e Brava. A Semana está em condições de avançar que a empresa responsável pela execução da obra já tem em São Filipe técnicos para o arranque dos trabalhos, mas foi aconselhada pelo advogado da parte contestatária a não dar início à obra, cuja primeira pedra foi lançada há cerca de um mês.

A empresa construtora receia ter pela frente um pedido de embargo e por isso ainda não arrancou com as obras para a construção do Centro de Formação Profissional da Região Fogo e Brava. É que apesar do terreno - de mais de três mil metros quadrados - ter sido disponibilizado pela Câmara Municipal de São Filipe, agora surgem familiares do suposto proprietário legítimo a

reivindicar a posse do terreno. O caso está sob a alçada do Ministério Público.

Caso não houver um entendimento entre as partes, a previsão é que o conflito só venha a ser resolvido por via judicial, o que poderá demorar algum tempo e atrasar ainda mais o tão esperado Centro de Formação. Com um prazo de execução de 15 meses, a obra foi várias vezes adiada por motivos diversos: atrasos na elaboração do projecto de arquitectura, dificuldades técnicas relacionadas com as condições geológicas do terreno para a proporção da estrutura, a necessidade da sua adaptação às reais necessidades da região Fogo e Brava. Ultrapassados todos esses obstáculos, agora não arranca porque talvez o terreno não pertença à CMSF, mas sim a um proprietário privado.

O referido Centro de Formação Profissional é financiado pela Cooperação Portuguesa, através do Programa Anual de Cooperação, PAC. Está orçado em 110 mil contos e terá valências para as áreas de construção civil, electricidade, frio, informática e agro-alimentar.



## Geólogos portugueses ensinam ciência da Terra às crianças de Chã das Caldeiras

Um grupo de geólogos portugueses está em Cabo Verde para dar formação às crianças de Chã das Caldeiras, no Fogo, sobre ciências da Terra. Esta iniciativa está integrada no programa do comité nacional da UNESCO, que assinala 2008 como o Ano Internacional do Planeta Terra (AIPT).

Estes especialistas pretendem captar o interesse dos mais pequenos com experiências simples e, assim, fazer-lhes entender o funcionamento da Mãe Natureza. A formação adquire um significado ainda mais especial porque o seu público-alvo são crianças de Chã das Caldeiras que têm como vizinho

o vulcão do Fogo, um dos ex-líbris naturais do país.

A acompanhar o grupo de geólogos, chega também à ilha do Fogo uma equipa de jornalistas da estação de televisão portuguesa SIC, que vem para realizar uma série de reportagens sobre a ilha.

Ainda incluída no programa comemorativo do nosso planeta, a Embaixada de Portugal doou ao Comité Cabo-verdiano para o AIPT um acervo bibliográfico composto por 180 títulos e publicações nas áreas da Geologia e Mineralogia. O Comité vai depois encaminhar este acervo para a instituição adequada.

**Visite o Brasil!**

**VENHA SORRIR CONOSCO!**

**33 anos de experiencia**

**Dr. VICENTE BELCHIOR**  
Odontologia Especializada

- Implantes com Carga Imediata (sua prótese fixa em apenas um dia)
- Especialista em Implantodontia e Prótese Dental
- Tratamento da disfunção da ATM
- Odontologia Estética
- Implantes Dentários
- Reabilitação Oral

Visite o portal do seu sorriso

**[www.vicentebelchior.com.br](http://www.vicentebelchior.com.br)**

Rua Torres Câmara, 700 - Aldeota - Fortaleza - Ceará/BRASIL  
Tel: +55 (85) 3261.0282 - 3224.5328 - 9985.5230  
E-mail: [vicentebelchior@vicentebelchior.com.br](mailto:vicentebelchior@vicentebelchior.com.br)



RIBEIRA GRANDE

# Nó rodoviário da Vila incompatibiliza-se com o reordenamento municipal

MANUEL NASCIMENTO

O Ministério das Infra-estruturas, Transporte e Telecomunicações apresentou, no passado dia 9 de Outubro, a nova versão do projecto do nó rodoviário da Ribeira Grande, ilha de Santo Antão. As obras do nó rodoviário já arrancaram, mas uma parte do projecto continua a incompatibilizar-se com o projecto de reordenamento municipal.

João Paulo Spencer, do MIT, fez a apresentação da nova versão do projecto e considerou-o fruto de um "consenso" entre a Câmara Municipal da Ribeira Grande e o Governo. As obras contemplam duas pontes, uma rotunda e uma estrada circular que vai ligar a avenida Luxemburgo à zona da Ponta de Levada. Uma das pontes vai ser construída a partir da antiga rotunda para o Tarrafal - no lado da Ribeira da Torre -, e a outra desde a Central Eléctrica às proximidades do Penha de França, no lado da Ribeira Grande.

As obras estão orçadas em cerca de 204 mil contos e vão ser executadas pela Empresa "Armando Cunha". O prazo de execução é de dez meses, ou seja, devem estar concluídas em Julho de 2009. Mas já se prevê um dilatar do prazo, caso haja imprevisíveis e/ou eventuais acertos no projecto.

Ao fazer o enquadramento político/estratégico das obras, o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande disse ter alcançado "algum consenso" com o governo nalgumas áreas do projecto. Orlando Delgado alega que "não foi possível absorver todas as obras do Plano Municipal de Reordenamento da Vila (PMRVRG) no projecto". Isso porque, adiantou, a data da assinatura dos projectos de Santo Antão entre o governo e o MCA, as normas do orçamento dos EUA e o desbloqueamento das

verbas não permitiram o enquadramento dos dois projectos.

Orlando Delgado sublinha, entretanto, que não vai "parar de defender o PMRVRG e de pressionar o Governo para assumir as suas responsabilidades de financiar o mesmo projecto".

No mesmo acto, o director do MCA-CV, Laurent Mehdi Brito, informou as áreas de intervenção do Millennium na ilha e disse que, apesar da demora verificada, "as verbas já estão desbloqueadas". Os projectos financiados para Ribeira Grande e Paúl já arrancaram, contemplam as áreas da agricultura e infra-estruturas rodoviárias e estão orçados em 340 mil contos. Boa parte do montante, 60%, vai para Ribeira a Grande e 40% para o Paúl, 204 e 136 mil contos, respectivamente.

## NÓ RODOVIÁRIO E PMRVRG

António Jorge Delgado, autor do PMRVRG, diz concordar apenas com parte do projecto do nó rodoviário. É que "qualquer obra para o desenvolvimento da Vila deve ser baseada na sua história, nas aspirações da sua população e no papel decisivo que tem no desenvolvimento da Ilha de Santo Antão".

Aquele arquitecto alerta que a Vila perdeu todos os espaços verdes e já não tem espaços para infra-estruturas turísticas ou de lazer. "Por isso é preciso conquistar espaços, sobretudo, no leito das ribeiras que circundam a Vila de Povoação. Se não for assim, vai perder a sua função histórica e funcionará apenas como um ponto de passagem para o cruzamento da ilha. E para dar resposta a essas novas exigências e desafios, é preciso materializar o PMRVRG com o qual se pode conquistar cerca de seis hectares de terreno no leito da ribeira".

Algumas dezenas de convidados de todo o concelho estiveram presentes no acto para auscultarem os pormenores da nova versão do projecto do nó rodoviário. A maioria dos presentes parece concordar com António Delgado sobre o plano de reordenamento da Vila e acha que todos deviam ser ouvidos antes da elaboração do projecto apresentado pelo governo.

## PRAIA: 100 DIAS SEM "SOLUÇÃO"

JOÃO  
SILVESTRE  
ALVARENGA

Decorridos mais de 100 dias da tomada de posse da nova equipa da CMP liderada por Ulisses Silva (MpD), as expectativas geradas pelo slogan "Praia tem Solução" estão mais para utopia do que para a realidade.

A cidade da Praia, capital do país, nas últimas décadas tem crescido demograficamente acima da média nacional e complexificou-se social, económica e politicamente, e, apresenta pautas de reivindicações continuamente mais amplas, diversificadas e difíceis de serem integralmente atendidas pelas condições actuais.

Na entrevista concedida ao jornal "Expresso das ilhas" (edição nº 358: 17-21), o PCMP(US) ao ser indagado sobre eventuais promessas que teria feito durante a campanha eleitoral para as eleições de Maio último a serem concretizadas nos primeiros 100 dias de governo, ele desconversa dizendo "o que prometemos é que iríamos executar o nosso programa desde o 1º dia".

Talvez fizesse muita diferença o que disse ou deixasse de dizer num processo judicial. Porém, no campo político, muitas vezes, a versão do facto (ou seja, o que as pessoas acham que realmente aconteceu) é mais importante do que o próprio facto.

Não se pode negar que o slogan "Praia tem Solução" se abra a tantas interpretações subjectivas e que justificadamente algumas pessoas já se sintam frustradas e outras estejam a caminho da decepção, sem, no entanto, desconsiderar a situação daqueles que se sintam beneficiados e até privilegiados!

Na longa entrevista concedida por US esperava-se a apresentação de um desfile de realizações em curso e de projectos estruturantes sobre as áreas mais problemáticas da governação da cidade, com os respectivos cronogramas de realização, mas, ao contrário, assistiu-se ao "3º turno" eleitoral (expressão que se refere ao discurso pós-eleitoral do candidato vencedor que tenta denegrir, ao máximo, a imagem da administração cessante ou do candidato derrotado para fortalecer a sua própria imagem).

Normalmente, esse discurso do "3º turno" é apresentado nos primeiros dias da governação, no período de "lua-de-mel" com o eleitorado para dar tempo de conhecer, arrumar a "casa" e se poder apresentar os primeiros resultados (mas não a quase seis meses após a eleição!). Quando o PCMP usa a maior parte do espaço da entrevista para apresentar a história do "buraco no casco" do barco (supostos "problemas" encontrados na administração) que estariam dificultando a "navegação" porque, primeiro teria que "consertar" o barco e só depois seguir viagem para não afundar de vez a "embarcação", dá para entender o imobilismo camarário e a justificativa do

seu Presidente: "Nós não governamos com uma varinha mágica e não era possível resolver problemas acumulados de vários anos" (US, "Expresso das ilhas" edição nº 358: 17-21).

Essa estratégia de desviar o foco do problema da ausência de "soluções" para supostos "problemas", já fora ensaiada por um ex-executivo da Cia. Transportadora Aérea Nacional e deu no que todos conhecem (a sua destituição do cargo); o Governo (PAICV) quando confrontado a respeito dos problemas da Electra recorre à mesma estratégia, responsabilizando o MpD.

Se o administrador público não tivesse problemas para solucionar, porque o contribuinte lhe concederia honrarias, benefícios, privilégios e outros mimos excluídos ao comum dos cidadãos?

Os problemas de saneamento (lixo), desordem urbana, déficit habitacional, construções clandestinas, ocupação irregular de espaços públicos fazem parte do cartão postal da cidade. Enquanto persiste esse quadro, a CMP faz uma gestão parecida a de fim de mandato (sem qualquer novidade) escusando-se na história do "buraco no casco" da embarcação que não permitiria a aplicação de "soluções" ousadas (que, aliás, se é que existem, nunca foram apresentadas).

Das acções empreendidas pela edilidade praiense, destaco as referentes às demolições. Creio que ninguém de bom senso ou de boa fé poderia colocar-se contra o combate a irregularidades e ilegalidades nesse domínio, porém, a discricionariedade quanto à escolha das vítimas dessas medidas é que é questionável: por que começar pelos mais pobres? Será que só os pobres cometem irregularidades? Será que todos os que cometeram irregularidades serão igualmente punidos? E, o mais importante: qual será a "solução" habitacional dessas vítimas da demolição?

Pelo que me parece essa desordem urbanística é parte de sintomas de outros problemas económico-sociais e outros e que a demolição, por si só, apenas retira da vista a caricatura do problema e o desloca para o interior das periferias.

Se se reclama tanto da penúria de recursos económicos e financeiros, não se entende a festa da profissionalização das vereações e a tempo inteiro, ainda mais nas municipalidades cujo partido governante se diz um acérrimo defensor da austeridade e do "estado mínimo".

Feitas as contas, se em quatro meses de governação, os eleitos da CMP não mostraram a que vieram e se se acreditar que "Partimos com um barco com um rombo no casco (US, "Expresso das ilhas" edição nº 358: 17-21), o que esperar dessa edilidade?

joaostav@hotmail.com



## Será

### Anel rodoviário do Fogo começa a ser uma realidade a partir de 2009

O há muito anunciado anel rodoviário do Fogo deve arrancar nos primeiros meses de 2009, prevendo-se para Dezembro o anúncio dos resultados do concurso para a adjudicação das obras. Financiada pelos fundos da OPEP, Kuwait e BADEA e do governo de Cabo Verde, esta infra-estrutura é tida como fundamental para o desenvolvimento da ilha do Fogo.

A via que vai de São Filipe a Mosteiros será a primeira a correr o chão com asfalto e as duas vias de rodagem. Mais tarde a estrada moderna completa-se com o troço São Filipe/Santa Catarina. É que assegurando o contacto terrestre eficaz e rápido entre os concelhos da ilha está-se a estimular o comércio, o transporte de mercadorias – principalmente as agrícolas – e o turismo.

Quatro milhões de contos é o que custará este anel precioso, que os foguenses esperam e bastas vezes anunciado pelo governo.

### Cabo Verde recebe reunião da Comissão da Educação e Cultura do Conselho da Europa

“Educar para a diversidade da cidadania mundial” é o lema do encontro da Comissão de Educação e Cultura do Conselho da Europa, que acontece em Cabo Verde, nos próximos dias 30 e 31 de Outubro.

Esta é mais uma iniciativa fruto da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, focando-se agora nas áreas da Cultura e Educação. No evento, a ter lugar na cidade da Praia, vão participar, para além de parlamentares europeus, deputados de vários países africanos.

Tendo como pano de fundo a elevação da Cidade Velha a património mundial da Humanidade, está também prevista para essa ocasião uma outra conferência, esta sobre economia e desenvolvimento sustentado.

### Diáspora colabora com a formação de quadros no país

“Dias de Cabo Verde” é um projecto promovido pelo Instituto das Comunidades, IC, em parceria com a Organização Internacional para as Migrações, que pretende trazer quadros altamente qualificados na diáspora cabo-verdiana em Portugal, Itália e Holanda para dar formações de curta duração em Cabo Verde.

Neste momento está a ser construída uma página na Internet onde os interessados poderão apresentar as suas candidaturas.

O projecto “Dias de Cabo Verde” é financiado pela Comissão Europeia (Programa AENEAS) e pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

## Facto da semana



### Justiça tem novo PGR

Júlio Martins é o novo Procurador-Geral da República. Muitos são os desafios que se lhe colocam nos próximos cinco anos de mandato, que o próprio reconheceu como fundamentais, sábado passado, durante o seu discurso de tomada de posse: a criminalidade grave e o sentimento de insegurança reinante na sociedade exigem que assim seja.

Sucedendo a Franklin Furtado, Júlio Martins herda, para já, algumas “batatas quentes”, de entre elas as várias queixas com declarado cunho político depositadas no Ministério Público, tanto pela oposição como pelo governo, e que nunca tiveram qualquer andamento nem especial nem

ordinário por parte de quem em princípio deve cuidar da legalidade pública. Pelo menos, em termos públicos, é essa a ideia que fica, contribuindo assim para um certo descrédito que hoje ensombra a instituição.

Martins diz-se disposto a ajudar a recuperar a confiança dos cabo-verdianos na justiça, que anda pela mó de baixo. Tarefa difícil a fazer fé no estudo de opinião que acaba de ser publicado pela Afrosondagem. Para isso primeiro quer assegurar uma melhor gestão dos recursos humanos do MP, para melhorar o seu desempenho junto dos tribunais.

O novo PGR pretende também “reforçar a actuação do MP para que

a criminalidade passe a situar-se em níveis aceitáveis, o que terá reflexos em termos de segurança”. Combater a chamada grande criminalidade (leia-se: narcotráfico e lavagem de capitais) é o ultimatum a que deve responder já, para que Cabo Verde continue a ser um país respeitado e credível perante o mundo e, sobretudo, perante os seus próprios cidadãos.

Em suma, quando o papel da justiça se mostra cada vez mais exigente, é espinhosa a missão de dirigir o Ministério Público. Só por isso, **A Semana** deseja a Júlio Martins que cada luta, cada vitória da PGR serão da justiça e de Cabo Verde no seu todo.

## Aconteceu

### Direitos de Autor dá um passo em frente

A protecção dos Direitos de Autor em Cabo Verde deu um passo em frente. Esta semana a Direcção de Promoção Cultural criou um serviço de Registo de Obras Artísticas e Literárias, incentivando assim os criadores a patentear as suas obras.

O Registo de Obras Intelectuais é, segundo a lei, facultativo mas o Ministério da Cultura quer mesmo assim formalizar os processos com vista à defesa dos interesses dos autores e até mesmo do país. É que até agora os mais ciosos, sobretudo os músicos, registavam as suas obras em Portugal ou em França, países que têm um quadro jurídico mais sólido nesta área. Só que os dividendos resultantes da cobrança dos direitos de autor não revertem a favor de Cabo Verde, mas para o país onde a obra está patenteada.

Mais, a criação deste serviço é também um esforço de Cabo Verde para se compaginar com as regras das convenções internacionais, nomeadamente aquelas praticadas pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual e da Organização Mundial do Comércio.



### Aliança para o Desenvolvimento Social

A Aliança para o Desenvolvimento Social (ADS) vai unir os sectores público, privado, sociedade civil e ONG’s à volta de um mesmo objectivo: erradicar a pobreza. Esta foi pelo menos a intenção reiterada no lançamento desta iniciativa, que aconteceu esta semana na Praia.

AADS surge também numa altura em que arranca oficialmente o III Ciclo do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), um investimento de 20 milhões de dólares, 12 dos quais são financiados pelo governo de Cabo Verde.

A economia continua sendo o grande tema da campanha a duas semanas das eleições presidenciais.

---

DANIEL MEDINA

---



# EUA: eleições em tempo

**A** pesar das iniciativas do governo para injectar liquidez no sistema bancário, a perspectiva económica deixa o eleitorado pessimista. A maioria dos norte-americanos prevê mesmo que a crise vá piorar e duvida que o futuro presidente consiga melhorar a situação.

Para 84%, a situação vai piorar, e 91% estão insatisfeitos com rumo do país.

os inqueridos apostam mais na capacidade de Obama tirar os EUA da crise. Neste caso Obama supera McCain por 51% a 44% entre os eleitores. Na opinião de 49%, a recuperação ainda vai demorar, se é que os actuais problemas não representam uma mudança permanente na economia. Outros 47% acham

que a retracção económica será temporária.

Entre os eleitores que consideram a economia o assunto mais importante das eleições, 62% dizem que votarão em Obama, enquanto apenas 33% preferem McCain.

---

## A crise e os números

O candidato do Partido Democrata à Presidência dos Estados Unidos, Barack Obama, num comício no Estado de Ohio o que ele classificou como “*um plano económico de resgate da classe média*”.

O senador do Illinois anunciou uma série de medidas caso ele seja eleito presidente, entre elas, isenções em impostos para em-

presas que criem empregos e moratória na execução de dívidas imobiliárias. “*Este é um plano que começa com uma palavra que está na mente de todos: emprego*”, disse Obama no comício.

A crise económica trouxe vantagens nas sondagens para Barack Obama. Este cresceu em relação ao seu opositor, o republicano John McCain. De acordo com uma pesquisa da rede ABC News e do jornal Washington Post, Obama tem 53% da preferência do eleitorado, enquanto McCain tem 43%. Esta vantagem percentual é mais do dobro da que Obama tinha em meados de Setembro.

Segundo os analistas a crise financeira global que agora se manifesta era previsível. Ela poderia ter acontecido antes do o colapso

das hipotecas ‘*subprime*’ nos Estados Unidos tê-la desencadeado, mas já era aguardada. “*Um acidente à espera de acontecer*”, como disse Alan Greenspan, antigo presidente do Federal Reserve.

O que o mercado subprime fez foi desencadear um turbilhão muito maior envolvendo bancos na Inglaterra, Alemanha, França, Ásia e por todo o mundo, pondo em causa grande parte do sistema financeiro global tal como ele se desenvolveu ao longo da última década.

Os acontecimentos confirmaram o prognóstico do FMI de que a complexidade e a falta de transparência, a obscuridade dos riscos e a incerteza universal, especialmente quanto à dívida colateralizada e obrigações de empréstimos,



# de crise

iriam provocar uma fuga para a segurança que secaria grande parte da liquidez da banca.

## Bolsas voltam a ganhar fôlego na Europa

No domingo, os países da zona Euro comprometeram-se a ajudar os bancos. Para enfrentar as pressões dos mercados acertaram com o Banco Central Europeu (BCE), a injeção de mais liquidez e financiamento das instituições financeiras a curto prazo.

Esta posição foi anunciada pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy, de que os representantes dos 15 países da zona euro tinham

chegado a um consenso sobre o plano contra a crise do sistema financeiro. Os países também devem garantir os créditos interbancários até 31 de Dezembro de 2009.

O dilema é que se os governos não tentarem salvar estes especuladores politicamente poderosos, todo o sistema financeiro pode capotar.

## Como funcionam as eleições nos EUA

Nos EUA, o presidente não é eleito pelo voto directo, mas por um colégio eleitoral. De acordo com a Constituição Americana, a escolha do presidente e do seu vice depende dos delegados estaduais, estes sim escolhidos pelos eleitores.

Basicamente cada um dos 50 estados tem direito a um número de delegados proporcional ao total de representantes que possui no Congresso Nacional - um para cada deputado e um para cada dois senadores. Isto faz com que o tamanho e o número dos Estados em que cada candidato venceu tenha muito mais peso no resultado final da eleição do que o número de votos total feitos por cada um.

No dia da eleição presidencial cada eleitor vota no candidato presidencial da sua preferência. Este voto, entretanto, não é computorizado numa eleição directa, mas sim, escolhe uma comissão de delegados que representará o seu Estado no colégio eleitoral.

O partido do candidato que ganha a maioria dos votos no Estado elege sua comissão e o candidato (ou candidatas) que perder naquele Estado não ganha nenhum delegado. Na segunda-feira após a segunda quarta-feira de Dezembro os delegados eleitos reúnem-se na capital de seu Estado para então escolher o presidente.

Estes “*eleitores especiais*” podem votar em qualquer nome, mas normalmente votam no candidato pelo qual foram eleitos. Aquele que receber metade mais um dos votos do colégio eleitoral é declarado o novo presidente e assume no dia 6 de Janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Em apenas duas ocasiões, a decisão do Colégio Eleitoral foi diferente do visto nas urnas. A mais recente delas foi em 2000, quando George W. Bush, obteve 47,87%, contra 48,38% do candidato democrata, Al Gore, que mesmo com 500 mil votos a mais ficou longe da Casa Branca.

## Eleições 2008

Para o sufrágio a ter lugar no dia 6 de Novembro, e com os dados actuais Barack Obama parece ter vantagem em 17 Estados e no D. C. (correspondendo a 212 “*Grandes Eleitores*”), face a 23 Estados em que John McCain aspira a vencer (189 “*Grandes Eleitores*”).

Os 137 votos dos 10 Estados em que subsistem maiores incertezas deverão portanto ser decisivos para que um dos candidatos atinja o ambicionado número de 270 “*Grandes Eleitores*”.

A confirmar-se o eventual ascendente de Barack Obama no Colorado, Michigan, New Hampshire e Wisconsin - caso em que somaria 252 “*Grandes Eleitores*” -, a chave destas eleições estaria no Ohio e Pensilvânia, com McCain, aparentemente, a necessitar da vitória em ambos (a não ser que invertesse a tendência no Michigan e Colorado), tal como constatado já em anterior projecção.

## Angola descobre mais petróleo

A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) e a petrolífera BP Exploration Limited descobriram um novo reservatório de petróleo designado “Dione-1”. Este novo reservatório localiza-se no Bloco 31, das águas profundas do offshore angolano, 390 quilómetros a noroeste de Luanda.

De acordo com a Sonangol, com a descoberta deste novo reservatório, encontrado abaixo de uma lâmina de água de mil 696 metros até a profundidade vertical total de três mil 272 metros. A capacidade de produção deste novo reservatório será de mais de cinco mil barris de petróleo/dia. Esta é a décima sexta descoberta no Bloco 31.

O novo reservatório está a nove quilómetros do jazigo Juno, na parte sudoeste do Bloco 31. Este bloco, que tem como concessionária a Sonangol EP e operadora a BP, conta com a participação das companhias Sonangol EP (20%), BP Exploration (Angola) Limited (26,67%), ESSO Exploration and Production Angola (Block31) Limited (25%), Statoil Angola AS, subsidiária da StatoilHydro ASA (13,33%), e a Marathon

## Guiné Bissau na mira da ONU

O Conselho de Segurança da ONU está preocupado com o tráfico de drogas e a criminalidade organizada que, diz, ameaçam a paz e a segurança na Guiné Bissau e nos países desta sub-região.

Numa declaração lida pelo presidente do CS, este sublinhou que cabe ao governo atacar o problema e pediu ainda à comunidade internacional para cooperar com a ONU, reforçando as capacidades das autoridades nacionais responsáveis pela aplicação das leis e da Justiça.

O CS felicitou ainda a iniciativa da Comunidade Económica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO) de convocar uma conferência regional para debater a questão do tráfico de drogas. A conferência está agendada para 28 e 29, na Praia (Cabo Verde).

Os 15 membros do CS felicitaram os governantes para que estes sejam determinantes e realizam as eleições legislativas na data prevista, 16 de Novembro, e à comunidade internacional - Angola, Brasil, Portugal, Cedeao, UE, Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - para que forneçam o apoio técnico e financeiro necessário para assegurar o processo.

# OPINIÃO

## UM “CASO EXEMPLAR”... DE ABUSO DE PODER!



MÁRIO MATOS

A Câmara Municipal de S. Vicente promoveu um fórum internacional sobre a questão fundiária e imobiliária em Cabo Verde. Leio no **A Semana on-line**. Pergunto a mim mesmo se o programa contemplou estudos de casos. Leio afanosamente as informações que saem sobre o Fórum e, decepção das decepções, não encontro nenhum estudo de caso no programa. Tivesse eu sabido, a tempo, teria tentado uma “*cunha*” para ver se conseguiria meter no programa o “*caso Nitxa e Lena*”. Para quem não conhece, Nitxa é o nominho do Arquitecto Anildo Marçal Soares Silva e Lena é a Helena Pereira Matos, sua esposa e desenhadora técnica, ambos funcionários da Câmara Municipal de S. Vicente. O Arquitecto Anildo Silva está de licença de longa duração, solicitada na sequência do “*caso*” que resumirei a seguir.

No dia 25 de Julho de 2005, uma segunda-feira, bem cedo, o casal em causa foi avisado, por voz amiga, ao telefone, que uma equipa da Câmara Municipal estava a demolir a sua segunda habitação, em construção na Baía das Gatas. Nitxa e Lena mal acreditavam naquilo que o amigo lhes dizia. Todo o processo respeitante à localização e construção da casa estava legal e em dia:

\* Terreno adquirido legalmente por acto de venda da Câmara Municipal de S. Vicente, com escritura lavrada a 27 de Março de 2002;

\* Registo de propriedade em seus nomes, lavrado na Conservatória de Registo Predial de S. Vicente;

\* Projectos de arquitectura e de estabilidade devidamente aprovados pela Câmara Municipal de S. Vicente, a 3 de Dezembro de 2004;

\* Licença de construção outorgada pela Câmara Municipal de S. Vicente, emitida a 6 de Dezembro de 2004.

Lá abalaram para a Baía das Gatas para irem comprovar com os próprios olhos que era tudo verdade. A casa de dois pisos, que já estava com o toco completo, tinha sido arrasada e dela não

restava nada! Ninguém seria capaz de dizer que, naquele sítio, esteve em construção uma habitação. Tanto sacrifício, tanto sonho, tanta esperança, tantos planos, demolidos, arrasados de forma vil, pela calada da manhazinha e sem que ambos, técnicos do Gabinete Técnico da Câmara Municipal tivessem o mais pequeno aviso formal, como manda a lei. Razões: a senhora Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente, mandante do acto que viria a considerar, posteriormente, ser um “*acto administrativo*”, alegou que a demolição da propriedade do casal se devia ao facto de a Câmara, no futuro, tencionar alterar o Plano Urbanístico Detalhado daquela zona. E pronto!

Para demonstrar que se está perante, no mínimo, um “*estranho*” acto administrativo, fica o registo que, para a execução da decisão da Presidente da Câmara Municipal, de demolir a habitação do Arquitecto Anildo Silva e da Desenhadora Helena Matos, não se utilizou equipamento da edilidade. Alugou-se equipamento a um terceiro, privado.

Que motivação comandou um “*acto administrativo*” de demolição de propriedade privada, sem um processo de expropriação por utilidade pública, sem aviso formal prévio? Que motivação esteve por detrás de um “*acto administrativo*” em que tudo foi feito para se evitar o conhecimento prévio, devido, por Lei, aos visados, - às vítimas - ambos funcionários da CMSV? A contratação de terceiros para a demolição, evitando-se, assim, que qualquer indício da intenção do acto chegasse às vítimas, evidencia aquilo a que os juristas chamam dolo, ou seja, vontade de prejudicar, coisa que não faz parte seguramente da intencionalidade de nenhum acto administrativo.

Este caso passa por peripécias cada uma mais kafkiana que a outra: a demolição sem aviso prévio de um prédio, cuja propriedade de terreno e construção estava integralmente cobertos pela lei e devidamente documentadas, gasto de recursos da Câmara Municipal, pela contratação de terceiro para executar o acto; classificação do acto como sendo “*administrativo*” e justificação com a intenção, futura, da CM de alterar o Plano Urbanístico Detalhado daquela zona; atitude da senhora Presidente Isaura Gomes de, num primeiro momento, denegar informação mais pormenorizada sobre o processo a vereadores da Oposição local; tentativa aparente de negociação ou conciliação (compra do silêncio?) com as vítimas, depois do acto cometido, através de uma carta a elas dirigida pela senhora Presidente da CMSV, confirmando a ocupação (?) do terreno pela CMSV, acenando-lhes com um outro terreno em troca, muito maior que o tracto de que são legítimos e legais proprietários e pedindo desculpas pelos males causados (?), entre outros.

O pior desse processo, autêntico acto de abuso de poder que, pelas motivações não confessas e pelas suas consequências materiais

e danos psicológicos e morais nas vítimas, chega a ser um “*acto de terror*”, é que Anildo Silva e Helena Matos, ainda esperam que seja feita justiça! Já lá vão cerca de três anos que introduziram na Procuradoria de S. Vicente uma queixa-crime e, no Supremo Tribunal de Justiça, enquanto Tribunal Administrativo, uma impugnação judicial do “*acto administrativo*” da mandante Isaura Gomes, PCMSV. Nenhum dos processos teve desfecho, até hoje, apesar de, no processo-crime, todos os envolvidos terem sido ouvidos, à excepção da senhora Isaura Gomes, e no processo que corre no STJ a Câmara Municipal de S. Vicente ter respondido, confessando o acto, tudo segundo informações gentilmente prestadas pelo advogado das vítimas, Dr. Amadeu Oliveira. Pelo meio, a senhora Isaura Gomes finda o primeiro mandato à frente da Câmara Municipal, apresenta-se a um segundo e é reeleita, sem que tenha prestado contas perante a Justiça de um acto de prepotência, de motivações no mínimo duvidosas, de tamanho lesa direitos fundamentais de cidadãos.

Onde ficam a responsabilidade civil (art. 13º do Estatuto dos Municípios), o princípio da transparência (art. 16º do EM), o princípio da legalidade, (art. 18º do EM), a fundamentação do acto (art. 19º do EM), o processo de expropriação do terreno com proprietários legais, “por utilidade pública”, previsto como competência da Câmara Municipal e não do Presidente (nº 4, d) do art. 92º EM), os direitos fundamentais dos cidadãos, constitucionalmente protegidos, entre os quais, o direito à propriedade privada, entre outras normas infringidas por esse acto que envergonha o Poder Local cabo-verdiano?

É inquestionável que a demora na tramitação e conclusão deste processo nas instâncias judiciais apropriadas, tem prejudicado psicológica e moralmente as vítimas, para além do prejuízo material e da violência do acto em si e, concomitantemente, tem beneficiado a mandante por razões tão óbvias que escuso-me aqui de as adiantar.

Este teria sido um “caso” por demais exemplar que a senhora Isaura Gomes, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente poderia ter proposto para integrar o programa do seu fórum sobre a questão fundiária e imobiliária.

É legítimo perguntar, por este caso e pelas denúncias feitas por cidadãos no decorrer da campanha eleitoral das autárquicas e que ainda não foram esclarecidas, que moral tem uma Presidente que protagonizou actos de tamanha gravidade e ilegalidade como o relatado, para promover qualquer reflexão sobre a questão fundiária em Cabo Verde e ainda por cima ter o descoco de apontar o dedo a terceiros?

Anildo Silva e Helena Matos aguardam que a dama da Justiça demonstre que ela, de facto, tem os olhos vendados...

marzim54@gmail.com

## GOVERNO APROVA NOVA TARIFA

Vosso art. De 08/10/08

Ao Director do jornal A Semana on-line

Ao tomar conhecimento do vosso artigo datado de 08/10/08, senti-me na obrigação de dar este pequeno esclarecimento, para que os leitores tenham uma ideia real da forma como funciona o Taxímetro. O que pretendemos é, sem dúvida, defender o proprietário mas também o cliente, pois temos conhecimento de algumas situações em que o condutor exagera, mas é também verdade que muito cliente vem pagando o que bem entende, dado o grande nº de Táxis existentes.

Se não podemos explorar o cliente, que também não sejamos explorados.

Participei como representante da AITS nas reuniões de concertação para a aprovação do novo tarifário dos Táxis.

Ainda não foi aprovado pelo Governo, pois a sugestão do Sr. Ministro é que se deveria ouvir a ADECO.

Nesta reunião o Presidente pediu um tempo para concertar com os restantes membros da Direcção

Não foi criada nenhuma tarifa nova, houve sim a actualização do taxímetro reajustando os preços às constantes subida do combustível.

O taxímetro tem várias opções, mas nós só utilizamos duas.

**A Tarifa 1 ou Tarifa Diurna** - vai das 06,00 horas às 22,00 horas. **A Tarifa 2 ou Tarifa Nocturna** - vai das 22,00 horas às 06,00 horas. **A Tarifa ao km** - ela é regulada pelo conta-quilómetros da viatura, o que doutra forma não poderia ser. **A Tarifa à Hora** - é controlada pelo relógio.

Vou esclarecer o funcionamento do Taxímetro, numa distância de 1.000 ou seja 1 km

**Tarifa diurna**  
80\$00 10\$00 10\$00 10\$00

a Paga 80\$00 + 30\$00 = 110\$00

400 Metros 200 m 200 m 200 m

Os primeiros 400 m custam 80\$00, as restantes fracções para completar os 1000m ou seja, os restantes 600 metros são divididos em fracções de 200 m, ao preço de 10\$00 cada.

O mesmo processo é aplicado com os valores respectivos da tarifa nocturna.

**Tarifa nocturna**  
80\$00 10\$00 10\$00 10\$00 10\$00

a Paga 80\$00 + 50\$00 = 130\$00 300 Metros 100 m 100 m 100 m 100 m

Os primeiros 300 m custam 80\$00, as restantes fracções para completar os 1000m ou seja, os restantes 700 metros são divididos em fracções de 150 m que custam 10\$00 cada.

O reajustamento que se fez em relação ao último precário foram: Os impulsos passaram de 5\$00 para 10\$00 e as distancias voltaram à sua forma inicial.

Como poderão ver não vai ser preciso comprar nenhum taxímetro.

Uma coisa é certa, as realidades de cada ilha são diferentes. Nós entendemos que cada Associação deverá apresentar as suas propostas de acordo com a realidade da cada ilha.

É nossa convicção que a melhor forma de se cobrar ao cliente é pela via do taxímetro.

O Táxi é um meio de transporte que dá ao cliente a privacidade e a regalia de ser transportado até ao destino certo, e nas melhores condições.

O que nós pretendemos é que o cliente seja bem servido, e que pague o que está estipulado por lei.

De igual forma queremos receber o justo, o estipulado por lei.

Oportunamente poderei dar outros esclarecimentos, caso seja necessário.

Praia, 10/10/08

Fabião Monteiro, Júnior